



Índice

- 01** [Nisio Vive, por Egon Heck](#)
- 02** [Justiça Federal suspende o licenciamento da mineradora canadense Belo Sun no Xingu](#)
- 03** [Nota de Repúdio da Associação União das Aldeias Apinajé – PEMPXÀ](#)
- 04** [Juiz declara extinto um processo de posse da Aldeia Maracanã, após a retomada. Mas a Aldeia existe!](#)
- 05** [Dia da Consciência Negra é comemorado em 1.047 cidades brasileiras](#)
- 06** ["Relato sobre a invasão dos 'fazendeiros' à Coordenação Regional da Funai em Campo Grande, MS](#)
- 07** [Tupinambá mostram sua força e param a ponte de Olivença \(Ilhéus, BA\)](#)
- 08** [Dez anos de Decreto 4887: Bahia](#)
- 09** [Quilombolas ainda esperam titulação](#)
- 10** [Comunidades quilombolas da Bahia recebem imóveis rurais](#)
- 11** [Hoje é dia de celebrar o maior ícone da resistência negra no Brasil](#)
- 12** [Brasil e Noruega comemoram 30 anos de parceria pelos índios](#)
- 13** [Comunidades indígenas do AM dizem ser contra ocupação da Funai](#)
- 14** [Governo de SC compra área de terra para abrigar indígenas no Extremo-Oeste](#)



- 15** Resolvido conflito entre agricultores e indígenas em Bandeirante, no Extremo-Oeste
- 16** Moka comenta confronto entre indígenas e produtores rurais
- 17** Indígenas de Sidrolândia defendem a Funai e afirmam que incentivo as invasões não existe
- 18** Povos Indígenas
- 19** Governo libera R\$ 4 milhões para o Parque Quilombo dos Palmares, em Alagoas
- 20** Assistência técnica incentiva e amplia produção quilombola
- 21** Em Ji-Paraná, MPF atua em prol das comunidades quilombolas
- 22** Dia da Consciência Negra: Remanescentes de Quilombolas em Valença
- 23** Peregrinação ao Quilombo dos Palmares marca festejos a Zumbi
- 24** Governo mapeia comunidades negras para reconhecimento como quilombolas
- 25** Qual a origem do Dia da Consciência Negra?
- 26** Debatendo o ensino das culturas afro-brasileiras e indígenas
- 27** Emoção e fé: Missa dos Quilombos marca o Dia Nacional da Consciência Negra no Amapá
- 28** Mobilização é o segredo de comunidade quilombola baiana
- 29** Título de terras quilombolas deve levar 150 anos
- 30** "Convocado, Cardozo debate questão indígena no Senado nesta quinta-feira", 8:30h
- 31** MA – Expulsão de madeireiros da TI Awá pode levar a conflito armado. Técnicos da Funai também são ameaçados de morte



- 32** [Brasília sedia Oficina Nacional de Promoção de Direitos de Povos Isolados e Recente Contato](#)
- 33** [Comunidade de MS é a primeira a receber selo 'Quilombos do Brasil'](#)
- 34** [Justiça Federal garante energia elétrica em comunidade quilombola](#)
- 35** [Governo promove fortalecimento de comunidades negras rurais do TO](#)
- 36** [Questão indígena: não dá mais para esperar, diz presidente da FPA](#)

Nisio Vive, por Egon Heck

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 20.11.2013



Na alegria saltitante das crianças, na resistência resoluta dos adultos, na dor permanente por não poderem ter feito o sepultamento ritual, pois os criminosos mantêm ocultado o corpo. Nisio vive nas árvores frondosas que acolhem e envolvem a esperança e os barracos, no vento, na brisa leve que acariciam os corpos guerreiros e nas borboletas coloridas que bailam permanentemente as margens do rio. Nisio vive na continuidade da luta por sua terra tradicional, o tekoha Guaiviry.

Dois anos sem o riso e reza do cacique que fazia brotar a alegria em meio à maior carestia, de seu humilde barraco emergia a força e energia da resistência.

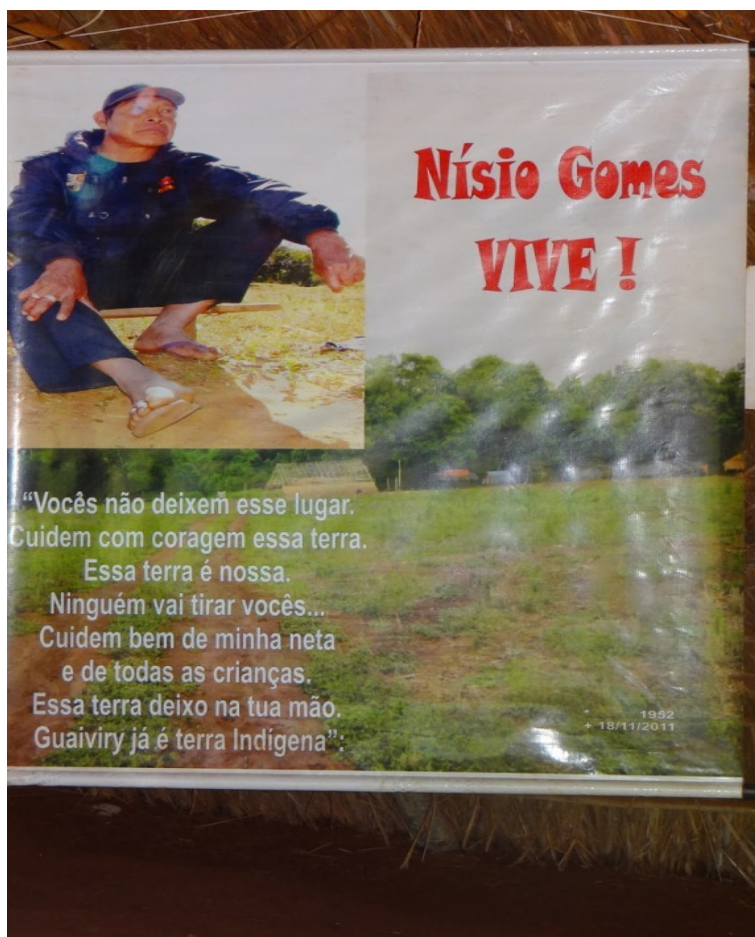
A recepção ritual conduzida pelas crianças nos enche de emoção. A alegria delas é contagiante. Por um sombreado caminho adentram a mata até um local mais limpo onde duas velas acesas lembram os dois anos do brutal assassinato. Naquele local, às 6,30 da manhã do dia 18 de novembro de 2011, tombava Nisio Gomes sob a balas assassinas de dezenas de pistoleiros.

Para celebrar essa data o Conselho da Aty Guasu e representantes das comunidades que retornaram a suas terras tradicionais reuniram-se em Guaiviry para avaliar as diversas situações de luta pela terra, aprofundar a união entre as comunidades, traçar as estratégias para a garantia de seus direitos, cobrar justiça prendendo os assassinos para que a impunidade não continue reinando neste estado. Seus inimigos declararam guerra. Será necessário muita reza e a força que vem dos deuses e dos ancestrais. Precisam mais do que nunca da solidariedade e apoio dos amigos e aliados em todo o mundo.

Yvy Katu e o fantasma do despejo

CONT.

Quando vejo o “intimem-se, cumpra-se” imediatamente vem à mente as imagens da violência do Estado. Batalhões de homens fortemente armados, com escudos, cães, cavalos e artefatos anti motim. Do outro lado descalços seres humanos armados com seus instrumentos de reza e sobrevivência, mbarakás, takuaras rituais, arcos e flechas e tacapes. Helicópteros fazendo voos rasantes. As crianças choram, os guerreiros sentem-se humilhados e agredidos pela prepotência, enquanto os Nhanderu e Nhandesi seguem irredutíveis em suas rezas pela justiça e respeito a seus direitos a seu pedaço de chão. Imagens revoltantes, daquela manhã do dia 15 de dezembro de 2005 na terra indígena Nhanderu Marangatu. O Conselho da Aty Guasu espera que cenas semelhantes não mais se repitam. Estão solidários com seus parentes da Yvy Katu, com os quais estarão diante de mais essa ameaça.



Amanhã , dia 20, se esgota o prazo. Os Kaiowá Guarani esperam uma decisão da Justiça Federal, 3ª Região, que confirme o direito inquestionável dessa terra já demarcada. Esperam que não se perpetre mais essa vergonhosa violência contra esse povo.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 211 / 2013

Brasília, 21 de novembro de 2013.

Daqui uns dias estarão celebrando os 30 anos do assassinato de Marçal de Souza Tupã'i. Em memória dele e de todos os que tombaram na luta pela terra Guarani nessas ultimas três décadas, esperamos que o governo cumpra sua obrigação de demarcar e garantir as terras com a máxima urgência.

Impunidade e omissão

Mais uma vez cobraram energicamente ação urgente do governo federal e da justiça. Há quatro anos o professor Rolindo Vera foi assassinado e seu corpo continua desaparecido. Os familiares angustiados, exigem providências. As lideranças denunciaram que o fazendeiro Firmino Escobar voltou a trancar o portão de acesso ao acampamento, com cadeado, descumprindo decisão da justiça.

Manifestaram sua revolta pelo omissão do governo na publicação dos relatórios e demarcação das terras favorecendo a guerra contra eles.

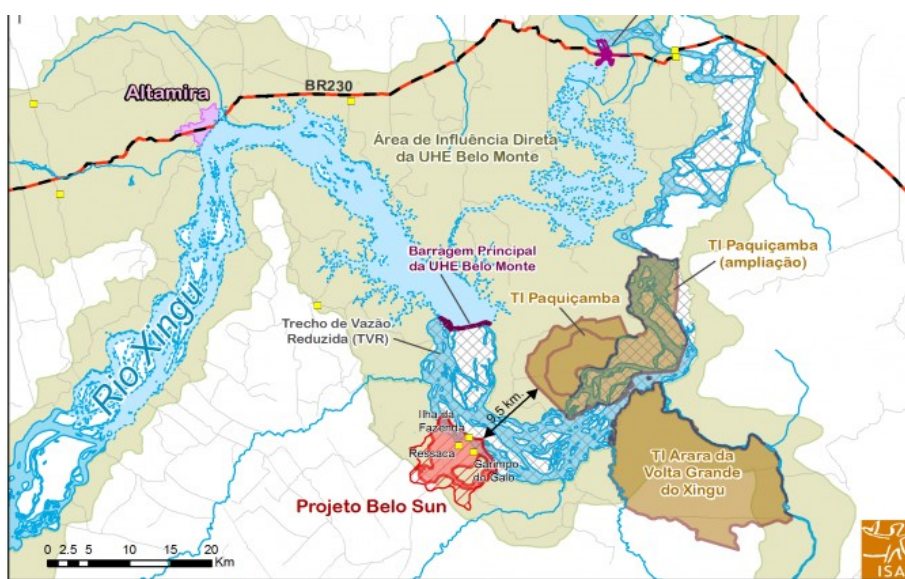
Chatalin, após ocupar um pequeno espaço próximo à Terra Indígena Dourados e do acampamento Nhu Verá, no dia de hoje afirmou "Não queremos guerra, queremos apenas a nossa terra para plantar e viver. Estávamos em um acampamento pequeno e passando fome. E daqui não vivamos sair mais". (Diário MS, 19/11/13)

-

Egon Heck, Povo Guarani Grande Povo, Cimi –Secretariado, 19 de novembro de 2013.

Justiça Federal suspende o licenciamento da mineradora canadense Belo Sun no Xingu

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 20.11.2013



Atendendo a pedido feito pelo MPF na semana passada, o juiz federal de Altamira obrigou a mineradora a fazer os estudos de impactos sobre os indígenas

MPF/PA

A Justiça Federal em Altamira suspendeu o licenciamento ambiental do projeto Volta Grande de Mineração, que a mineradora canadense Belo Sun pretendia instalar na mesma região onde está sendo construída a hidrelétrica de Belo Monte, no rio Xingu, no Pará. A decisão atende a pedido do Ministério Público Federal (MPF) e obriga a empresa a fazer os estudos de impacto sobre os indígenas da região, que são exigidos por lei e até agora não foram apresentados.

“A condução do licenciamento ambiental sem a necessária e prévia análise do componente indígena demonstra grave violação à legislação ambiental e aos direitos indígenas”, diz a decisão judicial. A liminar determina a suspensão do licenciamento e a anulação, caso seja expedida, de licença prévia à Belo Sun, “condicionando o licenciamento à elaboração do Estudo de Impacto Ambiental e respectivo Relatório de Impacto sobre o Meio Ambiente do Projeto Volta Grande de Mineração contemplando o componente indígena, devendo ainda seguir as orientações contidas no Termo de Referência elaborado pela Fundação Nacional do Índio (Funai)”.

Em caso de descumprimento da decisão, o juiz Sérgio Wolney Guedes determinou multa diária de R\$ 20 mil. A Secretaria de Meio Ambiente (Sema) do Pará já se pronunciou favorável a

CONT.



emitir a licença para o empreendimento sem exigir os estudos e chegou a colocar o assunto em votação na reunião do Conselho Estadual do Meio Ambiente (Coema) do último dia 18 de novembro. A representante do Ministério Público do Estado do Pará (MP), Eliane Moreira, pediu vistas do processo e o assunto deveria voltar à pauta no próximo dia 2 de dezembro. Com a decisão judicial, a concessão de qualquer licença para a Belo Sun no Conselho está proibida.

O projeto Volta Grande de mineração foi anunciado pelos empreendedores como o maior do Brasil. O plano é instalar a mina em Senador José Porfírio, a aproximadamente 10 km de distância da barragem de Belo Monte. A empresa Belo Sun, do grupo canadense Forbes&Manhattan, divulgou aos investidores que extrairá, em 12 anos, 50 toneladas de ouro com um faturamento de R\$ 550 milhões por ano. Essa semana, após a reunião do Coema, a Belo Sun emitiu um comunicado em seu site informando aos acionistas que já obtivera votos de 11 dos 13 conselheiros (veja o comunicado aqui, em inglês)

Para o MPF, conceder licença para mais um empreendimento de grave impacto sem conhecer os impactos aos indígenas é inadmissível, já que as populações da Volta Grande do Xingu são justamente as que sofrerão o pior impacto da usina de Belo Monte, que é o desvio de 80% a 90% da água do Xingu para movimentar as turbinas. É um dano tão severo que o próprio Instituto Brasileiro de Meio Ambiente (Ibama) ao conceder a licença para a hidrelétrica estabeleceu um período de seis anos de testes para saber se a Volta Grande e as populações terão capacidade de sobreviver à construção da barragem e à seca permanente.

O juiz federal Sérgio Wolney Guedes concorda com a necessidade de precaução e afirma em sua decisão que, "em se tratando de direito ambiental, a tutela não se dirige apenas a casos de ocorrência efetiva do dano, pelo contrário, busca-se justamente proteger o meio ambiente da iminência ou probabilidade de dano, evitando-se que ele venha a ocorrer, pois o dano ambiental é, como regra, irreversível"

Para o MPF, ao ignorar todas as recomendações, advertências e preocupações, ao desconhecer os impactos de Belo Monte e permitir que os estudos indígenas sejam apresentados depois da concessão da licença prévia, a Sema estaria cometendo diversas ilegalidades e impondo "aos indígenas duplamente afetados (por Belo Monte e agora por Belo Sun) o ônus que deveria ser do empreendedor, de arcar com as externalidades negativas do empreendimento".

Íntegra da decisão (http://www.prpa.mpf.mp.br/news/2013/arquivos/DECISaO%20-%20ACP%20BELO%20SUN_1.pdf)

Processo nº 0002505-70.2013.4.01.3903

Andamento Processual (<http://processual.trf1.jus.br/consultaProcessual/captcha/index.php?secao=ATM&proc=00025057020134013903>)



Nota de Repúdio da Associação União das Aldeias Apinajé – PEMPXÀ
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 20.11.2013



Nós diretores, (caciques), Conselhos Deliberativo e Consultivo da Associação União das Aldeias Apinajé-PEMPXÀ, somando 40 pessoas reunidas nos dias 17 e 18 de novembro de 2013, na aldeia Areia Branca, terra indígena Apinajé, município de Tocantinópolis, Estado do Tocantins, Brasil, para tratar de assuntos de interesse de nosso povo. Vimos à público manifestar nossa preocupação com as ameaças de intervenção de Agentes da Polícia Federal nessa terra indígena para resgatar um veículo que se encontra retido na aldeia Palmeiras. E alertar a sociedade, a imprensa e os demais Órgãos da Administração Pública Federal, sobre os riscos de confrontos entre a Polícia Federal e as comunidades Apinajé, se essa intervenção acontecer.

Informamos que em 2008 o senhor Coordenador da FUNAI, Cleso Fernandes de Moraes fez algumas promessas às famílias da aldeia Palmeiras. Depois de (5) cinco anos sem ver as promessas cumpridas, os moradores da citada comunidade como forma de chamar o Coordenador para dialogar e explicar as providências que pretende tomar para cumprir o que prometeu, detiveram uma viatura que se encontra em poder da comunidade até hoje.

Logo que a viatura foi detida o senhor Coordenador Cleso foi devidamente comunicado da ocorrência pelo Coordenador Técnico Local da FUNAI/CTL de Tocantinópolis (TO), senhor Bruno Aluísio Braga. Em seguida o senhor Cleso Fernandes de Moraes foi convidado pela comunidade indígena para comparecer na aldeia Palmeiras; dar explicações sobre as promessas feitas e levar a viatura. Passados mas de (6) seis meses e o Coordenador do "Órgão Indigenista" nunca apareceu na terra indígena para conversar com os caciques e solucionar o problema.

Repudiamos essa postura omissa e irresponsável do senhor Cleso Fernandes de Moraes, Coordenador da FUNAI/CRAT de Palmas (TO), que além de se negar ao entendimento com a comunidade indígena, ameaça mandar a Polícia Federal, resgatar a viatura na aldeia. Lamentamos que essa seja a solução encontrada por um servidor público e Coordenador da Fundação Nacional do Índio-FUNAI, para resolver essa legítima reivindicação da comunidade.

Diante dessa possibilidade do uso desnecessário da Polícia Federal, em uma situação que a própria FUNAI pode resolver. E considerando os riscos e as consequências de uma ação policial em uma aldeia; com inevitáveis constrangimentos, violação da privacidade, humilhação, perigos de reações das pessoas e os riscos do uso ilegal e desproporcional da força por parte da polícia; com resultados trágicos, por culpa de alguns servidores da FUNAI.

Solicitamos que Dra. Aldirla Pereira Albuquerque Procuradora do MPF/PR de Araguaína (TO),

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 211 / 2013

Brasília, 21 de novembro de 2013.

adote providências no sentido de evitar que essa Ação Policial seja consumada. Ao mesmo tempo pedimos a realização de reunião com a participação dos Coordenadores da FUNAI de Palmas e Tocantinópolis (TO), para buscarmos uma solução para essa questão, que; em nossa compreensão pode ser resolvida pela própria FUNAI e a comunidade indígena, evitando assim a Judicialização e o Uso Conflitante da Força Policial.

Terra Indígena Apinajé, 18 de outubro de 2013.

Juiz declara extinto um processo de posse da Aldeia Maracanã, após a retomada. Mas a Aldeia existe!

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 20.11.2013



José (Urutao) Guajajara. Foto: Reynaldo Vasconcelos

A autora da ação, Cícera Maria da Conceição deixou a Aldeia, junto ao grupo de aldeados que aceitou a proposta de acordo feita pelo Estado, foi morar no Curupaiti (Jacarepagua/RJ) e não retornou, desde então, à Aldeia, reconhecendo assim a nulidade do pleito.

Fernando Soares*

O Juiz Rodrigo Cordeiro da 8ª. Vara de Justiça Federal determinou, ontem, a extinção do processo pela posse do antigo Museu do Índio, requerido por Iracema, que tinha como Réu, hipoteticamente, o Estado do Rio de Janeiro e que tramitava na Justiça Estadual. O pedido da autora (Cícera) foi renegado pela Procuradoria Geral do Estado (PGE) que usou esse processo para defender a 'desocupação do imóvel'. Nesta Audiência, além da PGE, o representante da Fundação Darcy Ribeiro, Antônio Claudio Lotar, também propôs a desocupação e reforma do prédio, afirmando que: "a Aldeia foi 'invadida' por 'não-indígenas'", o que foi renegado pelos representantes da resistência indígena presentes:

"Somos uma universidade, um espaço de exercício cultural, religioso e educativo. Recebemos estudantes e interessados de diversas partes do mundo, de diversos grupos sociais. Existem residentes que cuidam do espaço, que participaram e participam da resistência, que não abandonaram a luta, nem nas invasões militares. São negros, favelados, punks, índios,

CONT.



mulheres, idosos, que vieram, por exemplo, das resistências à demolição do Iaserj e das remoções de Manguinhos, que não podemos renegar. Eles fazem parte da histórica desta resistência e deste espaço ancestral, sagrado. Nossa resistência é intercultural, popular! Este patrimônio imaterial é de todas, e diversos segmentos sociais estão conosco, ombro a ombro, dia a dia, nesta luta! O Juiz reconheceu a existência desta universidade, está na Ata da Audiência!", afirmou uma das lideranças históricas da Aldeia Maracanã, José (Urutao) Guajajara (Tenetehara).

A extinção do processo é um indicativo da importância da resistência na posse territorializada de usos e costumes tradicionais. Na sentença do Juiz: "a autora afirmou não se encontrar mais na posse do imóvel (...) o que impede o prosseguimento da lide por perda superveniente de objeto (...) [a autora] não demonstrou interesse em prosseguir no processo (...) determino a extinção, sem resolução do mérito".

Para a bióloga, professora, descendente da etnia Arawke manaura Mônica Lima, "esta decisão deve dizer muito para todos aqueles que abandonaram e renegam a resistência. Esta é uma luta pelo território que o considera como território sagrado, ancestral, ainda que requeira, dentro dos limites da legislação existente, seu reconhecimento como reserva indígena (patrimônio federal). Sua posse e uso, costumes e cultura (educação) tradicionais é condição para o seu reconhecimento. Precisamos reconhecer o mérito de todos aqueles que mantêm vivo este espaço da Aldeia, isto não é fácil. Existe muito preconceito contra determinados grupos sociais por nossas posições políticas. Eu sou descendente de manaura, moro no Rio, sou professora, militante da saúde, punk, Black prof, feminista e indígena. E estou aprendendo, me reconhecendo e me afirmando indígena, e quem possibilitou isto foi esta Universidade-Aldeia Maracanã. Sou índia, mas também punk, por que não? Qual o seu preconceito? É por que 'somos sujos'? Dizem que 'os favelados são sujos', que 'os índios são preguiçosos', mas isto é racismo! Então, a questão é quem quer falar de direitos, do reconhecimento da auto-gestão e das condições materiais da resistência?".

Dentre as testemunhas de defesa, um grupo de indígenas, que, em consenso com o governo, foram realocados pelo Estado em uma área do antigo hospital para tratamento da hanseníase, no Curupaiti, aceitou reconhecer publicamente que o imóvel pertence ao Estado do RJ, conforme negociação feita pelo governo, e defenderam a desocupação da Aldeia para a reforma do imóvel e construção de um Centro de Referência da Cultura Indígena. Foram representados por Geisa Linhares e Marize Conceição de Jesus, além do Cacique do povo Tukano Carlos Doethiró, que também estão contra a ocupação atual da Aldeia e contra a construção de uma Universidade Intercultural: "Precisamos ceder, para garantir o projeto de centro de referência. O fato de que negociamos com o Estado, e de que aceitamos fazer o centro em outro espaço, não significa que somos a favor deste governo. Estado e governo são coisas diferentes.", ensina Marize, que também é professora, e que, como Mônica, acima, também vivenciou um processo de redescoberta étnica, como Guarani.

Mônica Lima, no entanto, denuncia: "Existem conluios contra a resistência no governo, no judiciário, mas também entre as organizações sociais privadas. Precisamos consultar a base destes sindicatos e partidos, se for o caso, sobre a posição assumida por suas lideranças neste processo contra a resistência da Aldeia. Eles têm que se pronunciar, coletivamente, como

CONT.



categoria, como sociedade. Soubemos desta Audiência ontem. Mas, viemos mesmo sem ser convidados, diretamente. Existem diversas organizações da sociedade, antropólogos, grupos acadêmicos, que apoiam a resistência, mas que não puderam estar presentes, como a Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior (Andes-SN), como o Fórum de Saúde, entre outras”, desabafa. Além da Fundação Darcy Ribeiro, apuramos que também estiveram na Audiência, contra a posição defendida pela resistência da Aldeia, membros da direção da central sindical Intersindical e do Sindicato Estadual dos Profissionais da Educação (Sepe-RJ): Geisa e Marize.

Segundo o advogado da Aldeia (da resistência), Arão da Providência Guajajara, “existe um processo, já há anos, que está na 6ª Câmara da Justiça Federal. Fizemos denúncia no Conselho Nacional da Justiça, movemos processo junto à OAB por desagravo contra o Governador do Estado e contra o Juiz Marcos Abraham, contra o abuso da violência na remoção da Aldeia, já protocolamos pedido de Audiência Pública junto ao Ministério Público Federal e aguardamos sua definição. Requeremos a regularização fundiária da Aldeia como reserva indígena e seu tombamento como patrimônio da União. Não reconhecemos sua ‘venda’ para o Estado, pois não houve sequer consulta às representações indígenas. Esta venda é ilegal e deve ser revogada. E lutamos pela constituição participativa junto com todas os povos e movimentos indígenas de uma universidade intercultural!”.

Entre o que requer a resistência da Aldeia e a proposta do governo do Estado existem diferenças. O governo acha que pode resolver a questão da regularização fundiária através de um decreto do governador reconhecendo sua ‘destinação indígena’, conforme defende a secretaria estadual de Cultura Adriana Rattes. Arão, no entanto, alerta: “Decreto de governo pode ser mudado, sem dificuldade, por este ou por outro governo; assim como uma ‘concessão privada de uso e gestão’, ‘a destinação’ não garante os princípios da autonomia de uso e gestão de usos e costumes tradicionais. Além disto, requeremos todos os mais de 14 mil metros quadrados do imóvel, e não só a área do prédio, para a universidade. O que já foi reconhecido, inclusive, pela Justiça Federal”, relembra.

Ainda segundo Arão, “o Estado poderia sim contribuir, seja pela revogação da compra do imóvel, junto a Dilma (governo federal), seja por decreto, reconhecendo a Aldeia Maracanã pela gestão e uso de usos e costumes tradicionais, e serviço prestados à comunidade indígena urbana fluminense e à comunidade internacional, à humanidade, pela preservação da cultura e defesa da vida dos parentes que vivem em meio urbano, como eu e demais defensores dos direitos humanos das minorias indígenas em geral, sejam eles punks, acadêmicos, feministas, ou de qualquer cor. Na resistência não tem discriminação, e, por isto, ser guerreiro/a da Aldeia é missão impossível: tem que reconhecer e estar neste caldeirão das culturas e no respeito aos diversos sujeitos, na luta contra a opressão secular”, responde ele, por e-mail. O reconhecimento pelo Estado, segundo ele, obrigaria a Funai a reestudar o caso à luz do Decreto e do fogo das ruas, da vontade popular...

Histórico recente

A Polícia Militar, sob ordem do governo do Estado, operou a remoção dos aldeados, no dia 22 de março de 2013. Seguiram diversas tentativas de resistência e reocupação, organização e

CONT.



participação de diversas manifestações de rua, no Ministério Público e na Justiça Federal, audiência junto à Secretaria Especial dos Direitos Humanos do governo federal, até que no dia 5 de Agosto, após as jornadas de lutas dos meses anteriores e com a força política destas, a resistência retomou a ocupação da Aldeia Maracanã.

Em Ata da pré-Audiência Pública, realizada pela Aldeia, no último dia 14 de novembro, redigida pela antropóloga Paula Sobral, apoiadora da Aldeia, entre outros apoiadores presentes, lemos:

“Desde então, têm acontecido na Aldeia, quase que diariamente, reuniões de assembleias populares, rodas de conversas como com a Dr. Catherine Walsh, da Universidad Andina Simón Bolívar; com o subcomandante aymará boliviano Oscar Oliveira, que foi um dos comandantes das barricadas da guerra contra a privatização da água e de construção da auto-gestão público-comunitária da água em Cochabamba; representantes do movimento de favelas da África do Sul de resistência às remoções Abahlali baseMjondolo... São aulas semanais da língua Tupi, rituais de trabalho (minga), de replantio, de construção de ocas, de planejamento e conservação do espaço, rituais religiosos e políticos, como gestão de usos e costumes indígenas com pessoas em processo de reconhecimento étnico, cultural-intercultural, indígena. Recebemos uma Sessão Especial do Festival Internacional de Cinema Globale Rio 2013, o CineAldeia; a construção quinzenal do Círculo Feminino Sagrado, como condição de reconhecimento de si e para si de uma resistência intercultural urbana, para sua sobrevivência e para a saúde e educação de seus aldeados e em sua relação com a cidade/sociedade.

A Aldeia resiste e produz cultura, na precariedade da situação de resistência, em uma realidade urbana, de privatização da vida na cidade; produz arte e política indígena e popular, ou seja, na relação com os nós outros do povo, também oprimidos, sem supremacismo, de forma contemporânea, sem ‘engessamentos’ como a necessidade de parecer ser o que ela não é: “a Aldeia não é uma aldeia na Amazônia, mas, no Maracanã sede da Copa e das Olimpíadas, nesta cidade globalizada de exceção das comunidades removidas, surradas, jogadas no olho das ruas... Em que há necessidade de se afirmar como espaço de afirmação intercultural da cultura e das perspectivas políticas destes povos historicamente oprimidos nas cidades, no urbano, de formação político cultural indígena anti-racista, inclusivo, sem discriminação contra nordestinos, retirantes e ‘mestiços’ em geral que, sem a possibilidade do reconhecimento e exercício de sua(s) cultura(s), que vêm renegando/reprimindo, por séculos, suas origens e sua cosmovisão ancestral, como resultado do próprio racismo secular anti-indígena, genocida, como uma internalização por alienação forçada da cultura dominante nos próprios processos de desterritorialização, favelização urbana, e que é recuperada na vivência da resistência dos retirantes/retirados nas favelas, dialeticamente, nos mutirões (palavra de origem Tupi-Guarani)...

A acusação de que a Aldeia é uma fábrica de indígenas é leviana. Faz parte do mito e do medo também secular das elites proprietárias. Cultura não se fabrica, se vive, não se é pronto acabado mas em permanente construção e metamorfose cultural. O próprio Jair Seixas, o Baiano, preso político do Estado desde a manifestação pela educação de 15 de outubro, como seu irmão, se reconhece, em sua ancestralidade, como Pataxó. E quem há de negar? A Funai, por que não cuida nos índios não-aldeados? Não podemos recuar diante do garantismo medroso de parte da esquerda institucionalizada”, conforme consignam seus participantes

CONT.



Esta Audiência Pública, organizada pela Aldeia, contou, diferentemente do que declarou o 'indigenista' Lotar, com a presença de índios de dez etnias: Ashaninka, Guarani (3), Krikati (2), Tenetehara (5), Bororo (2), Potiguara (2), Arawk-Manaura (2), Tupinambá (4) e Korubo (1), entre outros que não puderam comparecer, mas colaboraram na sua organização à distância, como Daniel Puri, Sassá Tupinambá, Paulo Pankararu, que estiveram na Aldeia nos últimos meses e manifestaram seu apoio à luta, como o Cacique Raoni, que no período deste ano conhecido como outubro indígena assinou, em Brasília, com Ash Ashaninka, o Manifesto de Apoio à Luta e à Construção da Universidade-Aldeia Intercultural Indígena Maraká'ànà, entre milhares de outras assinaturas de representações indígenas de dezenas de aldeias, etnias, movimentos indígenas e da sociedade civil organizada, de direitos humanos, locais e de diversos outros países. Voltamos a reunir o grupo de apoiadores, e juntos lançamos o processo de construção de um Fórum de constituição desta Universidade Indígena Aldeia Maracanã e de um Grupo de Trabalho que dará apoio à formação de um Congresso Intercultural e Internacional Indígena, de populações Tradicionais e popular em geral, para esta constituição, declara o professor de Filosofia e apoiador da Aldeia André Bassères.

*Fernando Soares, apoiador da Aldeia, do Laboratório de Comunicação da Resistência Indígena – ComTekoHaw, do coletivo Aldeia Rexiste e do Coletivo Marichi.



Dia da Consciência Negra é comemorado em 1.047 cidades brasileiras

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 20.11.2013

O Dia da Consciência Negra será comemorado nesta quarta-feira (20) em 1.047 municípios brasileiros com atividades socioculturais e debates sobre o papel do negro na sociedade. Em Alagoas, Amapá, Amazonas, Mato Grosso do Sul, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul, o feriado é estadual. A data tornou-se um marco de combate ao racismo e promoção de políticas públicas de inclusão negra e remete à morte, em 1965, do líder quilombola Zumbi dos Palmares, que lutou pela libertação dos negros escravizados. Debates com ativistas, performances de irmandades, shows e apresentações teatrais, entre outras atividades culturais, fazem parte da agenda

Rede Brasil Atual

Na capital paulista, as atrações ocorrem entre hoje e amanhã no Vale do Anhangabaú. A mostra Música, Dança e Resistência terá shows de Arlindo Cruz, Emicida e Dexter. Além disso, no período noturno haverá uma feira artesanal e gastronômica onde serão vendidos roupas, acessórios e pratos típicos da culinária africana.

No Museu Afro Brasil, no Parque do Ibirapuera, ocorre a exposição A nova mão Afro Brasileira, às 11h. O público poderá conversar com os artistas que integram a mostra. Em seguida, o museu oferecerá shows do músico Riachão e do grupo Maracatu Bloco de Pedra e será exibido o documentário Hereros Angola, do diretor recifense Sérgio Guerra. O filme retrata o grupo ético ancestral que dá nome à obra, suas tradições e o intercâmbio cultural com o Brasil.

A programação paulista também se estende para o fim de semana. As atividades denominadas Fábricas de Cultura ocorrem na periferia paulistana e procuram levar nomes da música e tradições negras para as áreas marginalizadas. Nomes como Dona Ivone Lara, primeira mulher a compor um samba-enredo, participam do projeto. A sambista se apresenta sábado no Jaçanã, zona norte, e domingo, no Capão Redondo, no extremo sul da cidade.

A programação também é extensa na Bahia, estado com o maior número de negros no Brasil – 17,1% dos aproximadamente 15 milhões de habitantes, de acordo com o censo de 2010 de IBGE. A Secretaria Municipal de Reparação de Salvador, que completa dez anos, programou atividades afirmativas para todo o mês de novembro e início de dezembro. Amanhã ocorrerá a 3ª Caminhada da Consciência Negra na Ilha de Maré, em Praia Grande.

Os baianos também poderão participar de debates sobre o papel do negro na literatura e no cinema, como o III Colóquio A trajetória do Negro a Luz da Literatura e a Mostra de Cinema Especial Novembro Negro, em Porto Seguro. O espetáculo teatral A Lenda das Yabás, da Companhia Terra Brasilis, e shows de grupos negros, como o Olodum, fazem parte da programação gratuita em Salvador.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 211 / 2013

Brasília, 21 de novembro de 2013.

Apresentações de irmandades e grupos tradicionais negros marcam a véspera da data em Pernambuco. Na noite de hoje (19) no Pátio São Pedro, em Recife, haverá atividades e espetáculos de danças de matrizes africanas, como coco, afoxé e jurema, além de grupos musicais, como Voz Nagô, Tronco de Jurema e Afoxé Oxum Pandá.

No Rio de Janeiro, a Biblioteca Parque da Rocinha, na Estrada da Gávea, apresentará programação sobre a consciência negra durante todo o fim de semana. Na sexta-feira (22), às 17h, na Rocinha, escritores e compositores da comunidade farão roda de conversa para debater o samba de raiz, seus intérpretes, como Bezerra da Silva e Jovelina Pérola Negra, e suas histórias.

O Centro Cultural José Bonifácio, também no Rio, será palco amanhã de diversas atividades cariocas em prol da cultura negra. Guardas de Congado, Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e Afoxé Filhos de Gandhi se apresentam às 14h30 marcando o início da terceira edição do projeto África Diversa, que complementa a formação de educadores e artistas sobre a cultura afro-brasileira.

A Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Social (Seppir), que completa dez anos de atuação em 2013, comemora a data com a mostra "Seppir 10 – Uma Década de Igualdade Racial", Centro Cultural José Bonifácio, no Rio, com temporada de amanhã a 19 de janeiro (de terça-feira a sexta-feira, das 10h às 18h).



"Relato sobre a invasão dos 'fazendeiros' à Coordenação Regional da Funai em Campo Grande, MS

SÍTIO CEDEFES, 20.11.2013

"Um dia após o anúncio do início das doações de cabeças de gado para a realização do leilão que pretende arrecadar fundos para a contratação de milícias para promover o genocídio indígena no MS (como se a contratação de empresas de capangas já não fosse uma prática arraigada entre os autoproclamados produtores deste Estado), os latifundiários decidiram começar a dar provas de seu poder de fogo e de sua certeza de impunidade. Enquanto alguns deles se reuniam com o Governador André Puccinelli e demais representantes políticos do agronegócio, para acordar os detalhes da viagem que farão a Brasília, no próximo dia 21, com o objetivo de pressionar o Governo Federal em relação à questão fundiária, outros, acompanhados por centenas de pequenos produtores, oriundos em sua maioria do sul do Estado – cooptados por alienação ou por interesses escusos – ocuparam o prédio da Coordenação Regional da FUNAI na capital e fecharam a Rua Maracaju, onde se localiza a Fundação, por aproximadamente quatro horas.

Os servidores trabalhavam, por volta das 08:30, quando visualizaram o início da aglomeração em frente ao prédio. Antes que tivessem tempo de ao menos entender o que se passava, um grupo de dezenas de fazendeiros [sic] tomou a recepção, na tentativa de forçar a entrada. Os funcionários passaram, então, a ouvir constantes ataques verbais e provocações que se dirigiam tanto ao Órgão, quanto insultos pessoais e de baixo calão. A situação se agravou no momento em que se propôs ao grupo que dessem prosseguimento à manifestação na rua, mas desocupassem a portaria. Os ânimos se exaltaram e, com gritos de "vamos invadir igual os índios fazem nas nossas terras", empurrando quem estivesse no caminho, ocuparam todo o corredor de entrada do térreo.

Sobretudo a partir desse momento, ficou evidente que os pequenos produtores estavam sendo utilizados como mera massa de manobra pelos latifundiários. O discurso previamente combinado se pautava pela suposta defesa dos direitos daqueles frente aos "abusos cometidos pela FUNAI e pelas ONGs", que, conforme os proprietários do Estado seriam as responsáveis pelas retomadas promovidas legítima e autonomamente pelos povos indígenas. O fato que esses pequenos produtores, chacareiros e sitiantes parecem ignorar é que o agronegócio monocultor, exportador, concentrador de terras e renda, financiado pelas transnacionais fabricantes de agrotóxicos, que vem há décadas promovendo o sistemático assassinato de lideranças indígenas e de qualquer um que se oponha aos seus interesses, em sua infinita necessidade de acumulação de capitais, é também inimigo da pequena propriedade rural. Estes homens e mulheres, verdadeiros trabalhadores do campo – assim como assentados, indígenas, quilombolas e ribeirinhos – que hoje se posicionaram ao lado dos latifundiários, correm o grande risco de se verem igualmente engolidos pelo latifúndio, restando-lhes apenas a alternativa de migrarem para as periferias das cidades ou se transformarem em sem-terras. Daí, sim, o Brasil verá a sua classe produtora arruinada, pois não é à base dos grãos e das commodities exportadas pelo agronegócio que a nação se alimenta, mas com os produtos semeados nas pequenas e médias propriedades.

CONT.



As agressões não pararam: servidores, indígenas e não indígenas, indignados com as falas falaciosas e ofensivas contra os povos originários, tentaram em vão argumentar razoavelmente, sendo quase agredidos fisicamente; um indígena Terena que prestava declarações a uma equipe de televisão por pouco não foi atingido por uma garrafa térmica manejada por um fazendeiro de Laguna Caarapã, na intenção de impedir que a entrevista ocorresse; o mesmo fazendeiro, ao ser interpelado verbalmente por um servidor por conta de sua atitude violenta, tentou quebrar o equipamento de vídeo que este portava. Sucederam-se ainda diversos discursos de incitação a ações de retaliação aos indígenas e aos defensores de seus direitos, sempre ao som do Hino Nacional, repetido à exaustão, como manda a etiqueta de qualquer manifestação fascista que se preze.

Merece destaque também o comportamento das forças policiais durante o ocorrido. Menos de dez agentes da Polícia Militar foram deslocados para garantir a integridade dos servidores e se portaram de maneira bem distinta daquela a que a sociedade está acostumada quando o assunto é coibir manifestações populares: nada de Tropa de Choque, nada da truculência, balas de borracha ou spray de pimenta. O que se viu foi uma atitude de quase camaradagem com os invasores (permito-me aqui lançar mão do jargão dos donos do poder) ou até mesmo um certo tom de respeito silencioso aos nobres donos do Estado.

Resta questionar qual teria sido a atitude dos mantenedores da Lei e da Ordem se, no lugar de um protesto organizado por milionários, tivéssemos uma manifestação de indígenas, sem-terras, ou quaisquer outros grupos que não detenham o poder econômico. Os Amarildos e Oziéis, que insistem em cometer o hediondo crime de nascerem pretos, pobres e índios nesta democracia de gangsters, poderiam dar resposta a essa indagação, caso já não estivessem eternamente silenciados.

A “manifestação pacífica”, conforme a qualificou a mesma imprensa que costuma chamar de vândalos e baderneiros os trabalhadores e estudantes que saem às ruas em oposição às verdadeiras injustiças sociais, teve fim por volta das 13:00h, com a desocupação do prédio e o final antecipado do expediente para os servidores.

O recado dado nessa manhã de ignorância, bestialidade e covardia foi bastante claro: eles sabem muito bem que são os donos das terras, do dinheiro, da mídia e de boa parte do Governo – que, só neste ano, destinou 136 (cento e trinta e seis) bilhões de Reais para engordar os bolsos do latifúndio, via Plano Safra, enquanto deixa a FUNAI à míngua com orçamentos cada vez mais diminutos – e sua capenga Justiça, e não descansarão até que todo o país se transforme em terra arrasada por sua monocultura devastadora.

Aos que se opõem a tal plano, restam duas opções: continuar com seus discursos de panos-quentes, concordando com a estúpida política de conciliação de classes adotada pelo Governo burguês, ou assumir a tarefa da resistência e da luta frente às violações praticadas em nome do desenvolvimentismo capitalista.

Campo Grande-MS, 19 de novembro de 2013.

Funcionário da Funai, prefere não se identificar.



Tupinambá mostram sua força e param a ponte de Olivença (Ilhéus, BA)

SÍTIO CEDEFES, 20.11.2013

Ontem os Tupinambá demonstraram mais uma vez sua força: pararam a ponte de acesso a Olivença (Ilhéus/Bahia), rodovia BA 101, por cerca de 12 horas. Estávamos unidos e formados por anciões, caciques, lideranças, cunhãs, cunhatãs, curumins. Todos Abas Gwarinis Atãs.

A pauta era conseguir audiências com o Ministério da Justiça, Justiça Federal e Ministério Público Federal. Para exigir:

- a imediata oficialização da demarcação do Território Tupinambá apresentada pelo Relatório da FUNAI desde 2009

- o fim das ações de reintegrações de posse

- um basta na violência crescente na região resultando em perseguições, prisões, mortes e agressões contra o Povo Tupinambá.

Exigíamos também audiência com a prefeitura para cobrar reformas nas estradas que interligam as comunidades indígenas da região, melhoria na qualidade do transporte público, melhoria do serviço público de limpeza; aumento dos postos de saúde e educação.

Exigíamos audiência com a presidência da FUNAI para cobrar ações que apressem a demarcação territorial e urgência na posse do novo coordenador técnico da local da FUNAI.

Porém, novamente todos estes órgãos governamentais demonstraram a forma como ainda tratam os Povos Indígenas: com descaso. Nenhum de seus representantes compareceu. A exceção foi a prefeitura local que enviou um funcionário de segundo escalão que demonstrou total desconhecimento do que estava ocorrendo e das reivindicações indígenas. Assim, mesmo a exceção não fugiu a regra do descaso. Por outro lado, não faltou a presença das forças policiais que estavam em grande número: Força de Segurança Nacional, Polícia Federal e Polícia Militar.

O descaso é a tônica com os órgãos governamentais e da justiça tratam o Povo Tupinambá e demais Povos Indígenas. Ao agirem assim só aumentam o clima de incertezas e violência contra indígenas na região.

Entretanto, também a força de luta e resistência do Povo Tupinambá só aumenta porque a forma como agem os mandatários do poder oficial conduzem ao processo de autodemarcação. Ontem (18/11/13) foi uma demonstração desta força. Durante as doze horas de mobilização realizamos Porancys fortes. Parece que a cada minuto que ficávamos sem respostas, debaixo de um sol forte, tensão aumentando, presença ostensiva das forças policiais crescendo... nossas forças aumentavam: rameávamos e cantávamos com mais intensidade ainda.

Ao deixarmos a ponte realizamos um Porancy final daqueles bem forte com a certeza da justiça
CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 211 / 2013

Brasília, 21 de novembro de 2013.

de nossa luta, da injustiça dos órgãos governamentais e da justiça brasileira.

Saímos da ponte de Olivença com as cabeças erguidas, mais fortalecidos ainda em nossos espíritos guerreiros e com a certeza que iremos ter a terra demarcada.

Uma das canções guerreiras que cantamos quando deixamos a ponte diz assim:

“Oh, desamarra esta corrente
Deixa o Índio trabalhar.

Quem deu este nó
Não soube dá.

Quem deu este nó
Não soube dá.

Oh, desamarra esta corrente
Deixa o Índio trabalhar”.

AWERE!



Dez anos de Decreto 4887: Bahia

SÍTIO CEDEFES, 20.11.2013

Passados dez anos do Decreto 4887/2003 se faz necessário um balanço, mesmo que tímido, da trajetória e metamorfose da questão quilombola no estado da Bahia. A ideia de trajetória tem o sentido de traçar uma “linha do tempo” para que possamos avaliar o desenrolar da emergência étnica e das políticas de reconhecimento e de algumas questões que perpassam a existência e reprodução desses grupos. Ao nos referirmos a “metamorfose”, já indicamos que a questão quilombola que surge nos anos de 1980 na Bahia, tendo a comunidade de Rio das Rãs como epicentro, se amplia para além da questão da terra e dos conflitos fundiários, agregando as dimensões ambientais, de relações de trabalho, de acesso a políticas públicas, dentre outras questões. Assim, este post tem o objetivo de apresentar alguns dados dos (des)caminhos da destes processos em dez anos de Decreto 4887/2003.

A presença de comunidades quilombolas na Bahia é um traço marcante na configuração da questão agrária e territorial do estado na contemporaneidade. O número de comunidades certificadas pela Fundação Cultural Palmares no Estado da Bahia é bastante expressivo. A Bahia situa-se como o primeiro estado da federação em número de comunidades negras rurais e quilombolas, 494, e mais 325 identificadas, perfazendo um total de 801, seguida do Maranhão que possui com 369[1] com certificação. Esse expressivo número indica, ainda, para uma diversidade regional e local dessas comunidades, tendo como que o denominador comum a questão agrária, podendo ser entendida como os processos sociais pela posse e uso da terra, bem como pelo acesso e manutenção do aos recursos naturais – principalmente porquê muitas das comunidades quilombolas têm no extrativismo uma fonte inestimável de reprodução social –, continuam sendo a “marca” que as unifica na luta na terra, buscando a continuidade da sua reprodução.

Se o número de certidões expedidas chega a 496, há, em 17 que lista mais de uma comunidade, fato que pode indicar a existência de 576 comunidades certificadas[2] e não apenas 496. O gráfico 1 aponta o ritmo de certificações expedidas pela Palmares. Podemos verificar um pico de certificações no ano de 2006, com 113 comunidades, seguido pelo ano de 2011, com 91 certificações. A queda do ritmo entre 2007 e 2010 pode ser explicada pelo impacto das notícias vinculadas sobre a Comunidade de São Francisco do Paraguaçu, localizada em Cachoeira. Em 2007 a comunidade foi alvo de reportagens que indicavam a existência de fraudes no processo de certificação e da identificação enquanto quilombolas. Após este episódio, num claro recuo a FCP aumentou as exigências para a expedição da Certidão de autoreconhecimento e o Governo Federal, com um todo, retraiu as políticas públicas para quilombos no País. Ainda assim, nos 10 anos de existência do Decreto, o ano de 2012 aparece como o de menor número de certificações expedidas para o estado, apenas oito.

Em números relativos, se considerássemos o número de certidões, 496, elas representariam 61% das comunidades existentes; caso consideremos as situação de múltiplas titulações o percentual de comunidades certificadas chegaria a 71% dos quilombos existentes.

CONT.

Das 1.901 comunidades certificadas no Brasil, mais da metade, 1.042, possuem processos abertos no Instituto Nacional de Colonização (INCRA). Na Bahia, o número chega a 139, o que representa 28% das certificadas no estado ou 17% do total existente. Desses 139 processos, 37 estão com RTID publicado, representando 26% do total de procedimento administrativos em curso ou 7% das comunidades certificadas no estado. Se considerarmos o total de comunidades negras e quilombolas existentes (801) o percentual cai para menos de 5% do total.

No gráfico 02 podemos perceber que os anos de 2008, com 42 processos abertos e 2012, com outros 34, são os anos com maior proporção de procedimentos administrativos iniciados. Esses dois anos não resultados de uma conjuntura interna do INCRA SR-05: em 2008 a Superintendência assinou um convênio, intermediado pela Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), para realização de RTIDs. Foram contratados, em contratos precários e temporário, antropólogos, agrônomos, cartógrafos e analistas que iniciaram os relatórios de 13 comunidades. Já em 2012, a autarquia, através de Licitação Pública, modelo pregão eletrônico, iniciou os trabalhos antropológicos em 21 territórios quilombolas, envolvendo aproximadamente 2.600 famílias quilombolas (INCRA, 2012[3]). No caso da Bahia é importante frisar que diferente dos convênios com as Universidades, que envolveu a contratação dos serviços de todos os profissionais necessários para a elaboração do RTID, o modelo licitação por pregão eletrônico (menor preço por lote) deu destaque para os profissionais da antropologia enquanto os outros profissionais foram considerados "assistentes de pesquisa", com relatórios agrônômicos, cadastros das famílias quilombolas e relatórios fundiários a serem complementados por funcionários do próprio órgão. Assim, na maioria dos trabalhos iniciados o resultado foi apenas o laudo antropológico e não o RTID por completo.



Dos 37 RTIDs realizados, em suas diversas fases, está envolvida uma área de 92.437 hectares, atendendo 1.217 famílias do estado da Bahia, uma média de 75 hectares por família atendida. Desses RTIDs, dez estão decretadas para desapropriação e desinversão, juntas se estima uma área de 89 mil hectares e 1.090 famílias a terem seus territórios regularizados.

CONT.



A atuação do INCRA SR-05 em alguns quilombos do Território da Chapada Diamantina, mais precisamente no município de Seabra, identificou que os territórios identificados estavam localizados em terras devolutas do estado da Bahia. Assim, no âmbito do governo estadual, o órgão de terra, a Coordenação de Desenvolvimento Agrário (CDA), iniciou os procedimentos para a identificação e arrecadação de terras públicas com vistas a titulação dos territórios ocupados e construídos pelas comunidades. Dessa ação resultou na discriminatória rural de sete comunidades, em Seabra e Boninal, com uma área de pouco mais de 17 mil hectares que reconheceria e titularia os territórios pertencentes a 780 famílias. Mas, a partir da contestação da Procuradoria Geral do Estado, os processos de titulação foram suspensos, fruto do “efeito ADIN”. O argumento da PGE era que dada a contestação do Decreto no Supremo Tribunal Federal, seria necessário uma lei estadual para que as comunidades em terras públicas fossem tituladas. Somente agora, em outubro de 2013, que o governador do Estado assinou a Lei 12.910/2013, que dispõe de instrumentos para regularizar terras públicas ocupadas por comunidades quilombolas e de fundos e fechos de pasto no estado da Bahia[4]. Há várias questões na Lei aprovada, mas ele retrocede ainda mais no conceito de “terras ocupadas” e não na garantia do território[5].

No quadro de comunidades existentes, temos a titulação do território total de das seguintes comunidades: 1) Barra, Bananal e Riacho, titulada pelo Iterba[6] em 1999; 2) Rio das Rãs, titulada pela FCP em 1997; 3) Mangal/Barro Vermelho, titulada em 1997.

Em termos de regularização de territórios, os dez anos de Decreto não deve ser nada comemorado no estado. Vejamos alguns casos que aparecem como “titulados” pelos órgãos oficiais: na comunidade de Pau D’Arco e Parateca, município de Malhada, dos mais de 41 mil hectares identificados pelo RTID, apenas pouco mais de 7 mil foram titulados, porque se situavam em áreas da União; em Jatobá, município de Muquém do São Francisco, dos 12 mil hectares que compõe o território, apenas 1.700 hectares foram titulados em 2007 pela SPU, porque também estavam em terras da União; e a comunidade de Mangal/Barro Vermelho, em Sítio do Mato, teve acrescido ao seu território, já titulado em 2000, uma área de 2 mil hectares

CONT.



que compunham partes de projetos de assentamentos. Em resumo: do Decreto 4887/2003 não temos nenhum território totalmente titulado do estado da Bahia.

Se o quadro de titulação da temos um contexto de inércia, não podemos omitir que o “efeito Decreto” potencializou ações no plano político-organizativo das comunidades e no plano político institucional houve a criação de órgãos e núcleos ligados a questão quilombola, além de demandas dos quilombos “ganharem” espaços em órgãos já existentes.

Até o Decreto havia apenas duas organizações significativas que lutavam pelos direitos sócios territoriais dos quilombos na Bahia: o Movimento dos Trabalhadores Acampados, Assentados e Quilombolas, Movimento CETA, que organiza as comunidades na região do Velho Chico; e a regional da Conaq na Bahia, que atuava mais com as comunidades do Velho Chico, sobretudo Mangal/Barro Vermelho, em Sítio do Mato, e Rio das Rãs, em Bom Jesus da Lapa. Em um contexto de expansão de conflitos fundiários e étnico-raciais, vários outros movimentos e entidades passam a “levantar bandeira” da causa dos quilombos. Destacamos o papel do Movimento dos Pescadores e Pescadoras Artesanais (MPP), que organiza a luta e demanda por terra e água, território, de quilombolas, pescadores/as e marisqueiras/os no Recôncavo Baiano[7]. Em 2010 foi criado o Conselho Estadual Quilombola, composto por representantes das comunidades e que conta com o apoio de diversos órgãos estaduais. Se por um lado o Conselho Quilombola tem em sua composição representantes de todas as regiões do estado e tem proporcionado uma maior capilaridade e organização das comunidades do estado, por outro lado ao estar atrelado ao Governo do Estado apresenta limites no enfrentamento e reivindicações de suas demandas.

Na perspectiva institucional foram criados alguns setores e órgão na esfera estadual buscando atender e incorporar as demandas dos quilombos. O destaque foi a criação da Secretaria de Promoção da Igualdade, SEPROMI; do Núcleo de Apoio a Quilombos, da CDA; do Programa de Povos e Comunidades Tradicionais no interior da Secretaria de Desenvolvimento Social e Combate a Pobreza; e da Coordenação de Apoio aos Povos e Comunidades Tradicionais, da Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional (CAR)[8]. Apesar de não termos dados sistemáticos que possam apresentar o “impacto” das ações desse conjunto de órgãos no estado e nas comunidades, pode-se perceber que muitas ações se dão no sentido de fortalecimento institucional das comunidades – com o apoio a formalização de associações; em programas de transferência de renda, a exemplo da inclusão do Bolsa Família nas comunidades; e a realização de diagnósticos nos quilombos. Essas ações tem tido mais concretude do que a política de regularização fundiária, principal objeto do Decreto 4887/2003. E assim se justifica o porquê em nossa avaliação indicamos a “metamorfose” da questão quilombola no estado: a política de regularização dá lugar a prioridade de políticas compensatórias. E mais: identifica-se que há uma disputa no interior do Governo para saber “quem”, de pessoas a órgãos, é “pai” da questão quilombola.

Vê-se, por conseguinte, que a avaliação dos 10 anos do Decreto 4887/2003 aponta uma série de questões, que vão desde as ações coletivas de movimento e entidades sociais envolvidas com a causa quilombola, desde os (des)caminhos das políticas públicas. O contexto atual aponta para o aprofundamento de temas e enfrentamentos que atinge diretamente os quilombos no estado: a morosidade do estado frente as demandas fundiárias; os conflitos com

CONT.



fazendeiros; a judicialização dos conflitos; os conflitos do modo de vida quilombola com os grandes projetos de desenvolvimento; as situações de sobreposições com parques estaduais; relação de quilombos com o poder público municipal; a relação das organizações com o Estado, em seus diversos níveis. O futuro está aberto, e esperamos que seja mais favorável para as comunidades quilombolas do que foi até agora.

[1] Segundo a Fundação Cultural Palmares, órgão responsável pela emissão de certidão de auto-identificação de comunidades quilombolas no País, foram emitidas, até 2013, cerca de 1.318 certificados em todo o Brasil. Na Bahia foram 496 comunidades certificadas, num universo de 801 identificadas pelo Projeto GeografAR. Dados do movimento negro organizado indicam a existência de mais de 5.000 comunidades quilombolas em todo o Brasil.

[2] Exemplo pode ser o caso do município de Araçás, que em duas certidões há o nome de 42 comunidades.

[3] No total a Licitação Pública contratou laudos antropológicos para 158 territórios quilombolas, atendendo aproximadamente 15.900 famílias em 15 estados da Federação. Ver: <http://www.incra.gov.br/index.php/noticias-sala-de-imprensa/noticias/549-incra-abre-licitacao-para-produzir-relatorios-antropologicos-de-158-territorios-quilombolas>

[4] As comunidades de fundos e fechos de pasto são formações sócio-espaciais das regiões semiáridas da Bahia que tem constituído seus territórios em terras devolutas. Ver: <http://www.geografar.ufba.br/site/arquivos/biblioteca/publicacoes/87eca994bc42643c639e407f8ccf8776.pdf>

[5] Ver: <http://www.sepromi.ba.gov.br/wp-content/uploads/2013/10/Lei-12.910-PDF.pdf>

[6] O Instituto de Terras da Bahia foi extinto 1998 e em 1999 foi criada a Coordenação de Desenvolvimento Agrário, CDA.

[7] Dentre as várias ações do MPP destacamos as ocupações do INCRA SR-05 em 2009 e 2011, bem como a ousada ação de impedir a entrada da urna eletrônica na comunidade quilombola de Bananeira, Ilha de Maré – Salvador. Ver: <http://atarde.uol.com.br/politica/eleicoes/materias/1458395-ilha-de-mare--pescadores-impedem-entrada-de-urna-eletronica>

[8] Na maioria dos órgãos há pouca infraestrutura para a efetivação da política e identifica-se uma grande rotatividade nas pessoas responsáveis por cada setor o que tem ocasionado problemas na condução das já esparsas políticas.



Quilombolas ainda esperam titulação

SÍTIO CEDEFES, 20.11.2013

O ano de 2013 vai encerrar com um balanço negativo do governo Federal em relação às populações negras tradicionais do Brasil. O governo virou as costas às comunidades quilombolas. Em todo o mandato até agora, a presidenta Dilma Roussef emitiu apenas quatro títulos de terras quilombolas, que somam apenas 597 hectares, onde vivem 124 famílias.

Segundo a Comissão Pró-Índio, Organização Não Governamental com sede em São Paulo, a única terra quilombola titulada esse ano foi a 'Terra Liberdade', no Pará, no município de Cametá, onde oito comunidades compartilham a terra. A regularização foi garantida pelo Instituto de Terras do Pará (Iterpa). "É o órgão que mais emitiu títulos para comunidades quilombolas (48 títulos desde 1997), mas que já teve desempenho melhores e hoje apresenta resultados bastante tímidos", avalia Lúcia Andrade, coordenadora-executiva da Comissão Pró-Índio de São Paulo.

A ONG calcula que, atualmente, apenas 204 comunidades quilombolas possuem terras tituladas pelo governo federal. O número representa 6,8% das 3 mil comunidades que se estima existirem no Brasil. Mais de mil processos abertos no Incra ainda aguardam conclusão.

Nos últimos dez anos, o governo federal concedeu apenas 16 títulos de terras a quilombolas. Doze foram na 'era Lula'. No mesmo período, os governos estaduais emitiram 61 títulos de terra. Pará e Maranhão destacam-se nesse sentido, como os estados com maior número de terras tituladas. O Pará regularizou 32 terras quilombolas e o Maranhão, 19 terras. "Isso reflete a pouca prioridade que o governo Dilma tem dedicado ao tema. Vale chamar a atenção que o placar nos anteriores também foi ruim, não é um fato apenas de 2013", avalia Lúcia Andrade. "Até outubro de 2013 foram publicadas seis portarias de reconhecimento pelo presidente do Incra e somente um relatório técnico de identificação e delimitação (RTID) – que é a primeira fase do processo de regularização fundiária. O número restrito de publicações é ainda pior que o do ano anterior. Em 2012, quatro portarias de reconhecimento foram publicadas pelo presidente do Incra e doze relatórios técnicos de identificação e delimitação (RTID", complementa.

Fragilidades

A consequência da ausência de uma política efetiva de Dilma Roussef é a fragilidade das comunidades. "Os quilombolas ficam em situação de maior vulnerabilidade pela ausência da titulação. Veja, por exemplo, o caso da expansão de mineradoras nas terras quilombolas em Oriximiná. Como não estão ainda tituladas, ninguém se preocupou sequer em informar previamente aos quilombolas que mineradoras iriam trabalhar em suas terras", diz a coordenadora.

A avaliação da Comissão Pró-Índio é que decisões políticas nacionais impedem o andamento

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 211 / 2013

Brasília, 21 de novembro de 2013.

dos processos nos estados. “É o que ocorre, por exemplo, na Superintendência de Santarém, no Pará, com o processo da terra quilombola Alto Trombetas, localizada em Oriximiná. Desde abril, o processo está pronto e tecnicamente aprovado pela Superintendência, que não pode publicá-lo por ordem da direção do Incra em Brasília”, diz Lúcia Andrade. Para tentar destravar o processo da TQ Alto Trombetas, lideranças quilombolas cumprirão uma agenda de reuniões em Brasília.

Comunidades quilombolas da Bahia recebem imóveis rurais

SÍTIO PORTAL BRASIL, 20.11.2013

73 famílias, nas comunidades de Dandá e Salamina Putumuju serão beneficiadas com a entrega de quatro imóveis



Duas comunidades quilombolas da BA foram beneficiadas

Duas comunidades quilombolas da Bahia têm bons motivos para comemorar a Semana da Consciência Negra este ano. As comunidades Dandá, em Simões Filho, e Salamina Putumuju, em Maragogipe, onde vivem 73 famílias remanescentes de quilombos, serão beneficiadas com dois imóveis rurais cada uma.

Na manhã desta quarta-feira (20), o Incra/BA será imitido na posse dos imóveis rurais Coqueiro e Mata Grossa, que somam 347,6 hectares de terras e abrangem todo o Território Quilombola Dandá, onde residem 33 famílias descendentes de quilombos.

Na quinta-feira (21), a celebração da imissão de posse acontece na comunidade quilombola Salamina Putumuju, localizada no Recôncavo baiano, a partir das 10 horas. O Incra (BA) receberá a posse das fazendas Eleonora, com 312,6 hectares, e Santa Maria, com 3 hectares, em benefício das 40 famílias remanescentes de quilombos que moram no local. O Salamina Putumuju tem um território de 2.691 hectares.

Serviço

Data: 20 de novembro de 2013

O quê: Comemoração da posse de dois imóveis rurais em favor da Comunidade Quilombola Dandá

Hora: 10 horas

Onde: Território Quilombola Dandá, em Simões Filho

Como chegar: Na BA-093, sentido Camaçari. Após o primeiro pedágio é a comunidade logo à esquerda

Data: 21 de novembro de 2013

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 211 / 2013

Brasília, 21 de novembro de 2013.

O quê: Imissão na posse de dois imóveis rurais em favor do Território Quilombola Salamina Putumuju

Hora: 10 horas

Onde: Território Quilombola Salamina Putumuju, Maragojipe

Como chegar: Seguir para o cais da cidade de Maragojipe. De lá, haverá barcos para a travessia até a comunidade.

Fonte:

Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

Hoje é dia de celebrar o maior ícone da resistência negra no Brasil

SÍTIO TRIBUNA DE CIANORTE, 18.11.2013

Líder máximo do Quilombo dos Palmares assassinado em 20/11/1695



Vinte de novembro é o Dia Nacional da Consciência Negra. A data - transformada em Dia Nacional da Consciência Negra pelo Movimento Negro Unificado em 1978 - não foi escolhida ao acaso, e sim como homenagem a Zumbi, líder máximo do Quilombo de Palmares e símbolo da resistência negra, assassinado em 20 de novembro de 1695.

O Quilombo dos Palmares foi fundado no ano de 1597, por cerca de 40 escravos foragidos de um engenho situado em terras pernambucanas. Em pouco tempo, a organização dos fundadores fez com que o quilombo se tornasse uma verdadeira cidade. Os negros que escapavam da lida e dos ferros não pensavam duas vezes: o destino era o tal quilombo cheio de palmeiras.

Com a chegada de mais e mais pessoas, inclusive índios e brancos foragidos, formaram-se os mocambos, que funcionavam como vilas. O mocambo do macaco, localizado na Serra da Barriga, era a sede administrativa do povo quilombola. Um negro chamado Ganga Zumba foi o primeiro rei do Quilombo dos Palmares.

CONT.



Alguns anos após a sua fundação, o Quilombo dos Palmares foi invadido por uma expedição bandeirante. Muitos habitantes, inclusive crianças, foram degolados. Um recém-nascido foi levado pelos invasores e entregue como presente a Antônio Melo, um padre da vila de Recife.

O menino, batizado pelo padre com o nome de Francisco, foi criado e educado pelo religioso, que lhe ensinou a ler e escrever, além de lhe dar noções de latim, e o iniciar no estudo da Bíblia. Aos 12 anos o menino era coroinha. Entretanto, a população local não aprovava a atitude do pároco, que criava o negrinho como filho, e não como servo.

Apesar do carinho que sentia pelo seu pai adotivo, Francisco não se conformava em ser tratado de forma diferente por causa de sua cor. E sofria muito vendo seus irmãos de raça sendo humilhados e mortos nos engenhos e praças públicas. Por isso, quando completou 15 anos, o franzino Francisco fugiu e foi em busca do seu lugar de origem, o Quilombo dos Palmares.

Após caminhar cerca de 132 quilômetros, o garoto chegou à Serra da Barriga. Como era de costume nos quilombos, recebeu uma família e um novo nome. Agora, Francisco era Zumbi. Com os conhecimentos repassados pelo padre, Zumbi logo superou seus irmãos em inteligência e coragem. Aos 17 anos tornou-se general de armas do quilombo, uma espécie de ministro de guerra nos dias de hoje.

Com a queda do rei Ganga Zumba, morto após acreditar num pacto de paz com os senhores de engenho, Zumbi assumiu o posto de rei e levou a luta pela liberdade até o final de seus dias. Com o extermínio do Quilombo dos Palmares pela expedição comandada pelo bandeirante Domingos Jorge Velho, em 1694, Zumbi fugiu junto a outros sobreviventes do massacre para a Serra de Dois Irmãos, então terra de Pernambuco.

Contudo, em 20 de novembro de 1695 Zumbi foi traído por um de seus principais comandantes, Antônio Soares, que trocou sua liberdade pela revelação do esconderijo. Zumbi foi então capturado e torturado. Jorge Velho matou o rei Zumbi e o decapitou, levando sua cabeça até a praça do Carmo, na cidade de Recife, onde ficou exposta por anos seguidos até sua completa decomposição.

Valor histórico

"Deus da Guerra", "Fantasma Imortal" ou "Morto Vivo". Seja qual for a tradução correta do nome Zumbi, o seu significado para a história do Brasil e para o movimento negro é praticamente unânime: Zumbi dos Palmares é o maior ícone da resistência negra ao escravismo e de sua luta por liberdade. Os anos foram passando, mas o sonho de Zumbi permanece e sua história é contada com orgulho pelos habitantes da região onde o negro-rei pregou a liberdade.



Brasil e Noruega comemoram 30 anos de parceria pelos índios

SÍTIO PORTAL BRASIL, 20.11.2013

Evento marca três décadas do apoio do governo norueguês aos povos indígenas brasileiros por meio de ações e parcerias de fomento

A Embaixada da Noruega e a Fundação Nacional do Índio (Funai) promovem, nesta quarta e quinta-feira (20 e 21), no Hotel Nacional, em Brasília, o Seminário de Comemoração dos 30 anos de Apoio Norueguês aos Povos Indígenas no Brasil. O evento, que conta com apoio do Ministério do Meio Ambiente, por meio da Secretaria de Extrativismo de Desenvolvimento Rural Sustentável, marca os 30 anos do apoio do governo da Noruega aos povos indígenas brasileiros, com ações e parcerias de fomento, capacitação e apoio à Política Indígena no País.

Um dos temas do encontro, que reunirá representantes do governo, sociedade e organizações não governamentais de ambos os países, é a Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (Pngati). Instituída por meio do Decreto nº 7.747, de 2012, tem o objetivo de promover e garantir a proteção, recuperação, conservação e o uso sustentável dos recursos naturais das terras e territórios indígenas, assegurando a integridade do patrimônio indígena, a melhoria da qualidade de vida e as condições plenas de reprodução física e cultural das atuais e futuras gerações dos povos indígenas, respeitando sua autonomia sociocultural.

Outros temas

Ainda fazem parte da programação do seminário a situação do marco legal indígena, perspectivas e próximos passos para efetivação de políticas públicas, ações de gestão ambiental em terras indígenas e apresentação de experiências exitosas nas regiões de fronteira realizada pelos povos indígenas e organizações parceiras. Ao término dos debates serão apresentados e validados os documentos finais produzidos no evento, e resumo sobre os principais assuntos discutidos no seminário.

Como parte das atividades, pode ser visitada até o dia 19 de dezembro, a exposição Povos Indígenas no Brasil 1980/2013 – Retrospectiva em Imagens da Luta dos Povos Indígenas no Brasil por seus Direitos Coletivos. A mostra está montada na Praça Externa do Museu da República, em Brasília. O projeto é uma realização da Embaixada da Noruega no Brasil e do Instituto Socioambiental (ISA).

Fonte:

Ministério do Meio Ambiente

Comunidades indígenas do AM dizem ser contra ocupação da Funai

SÍTIO G1/AM, 20.11.2013

Grupo ocupa sede desde dia 4 de novembro pedindo saída de coordenador. Segundo indígenas de base, invasão prejudica projetos em comunidades



Ao todo, 28 indígenas da cidade de Autazes, a 113 Km de Manaus, ocupam o local (Foto: Jamile Alves/G1 AM)

Representantes dos 19 municípios que integram as comunidades indígenas de base se reuniram na terça-feira (19) para protestar quanto a ocupação do prédio da Fundação Nacional do Índio (Funai), em Manaus. Eles alegam que a ocupação que ocorre desde o dia 4 de novembro está prejudicando o andamento dos projetos administrativos pela Funai no interior do Amazonas.

Segundo os indígenas de base do Amazonas, a invasão à sede da Funai tem prejudicado as comunidades. "A Funai não tem com desenvolver nada. Tenho certeza que todas as aldeias estão sentindo o problema", afirmou o

cacique dos Mundurukus, Manoel Munduruku.

Os representantes afirmaram ainda que não apoiam a exoneração do coordenador regional da Funai. "O coordenador não está dando atenção para índios, mas isso aí é um significado para nós que não existe", completou Munduruku.

De acordo com eles, antes de terem invadido, os indígenas que ocupam o prédio deveriam ter se reunido com todos os representantes das comunidades do Amazonas. "Se vê um movimento reduzido por um grupo com interesse pessoal que acaba prejudicando esses 19 municípios que abrangem a coordenação regional do Rio Negro", explicou o diretor da federação dos grupos indígenas do Rio Negro, Marivelton Baré.

Nesta sexta-feira (22), deverá ser realizada uma reunião com a Funai, o Ministério Público Federal e com os representantes indígenas para tentar resolver o impasse. "A Coiab esteve em Brasília e buscou uma audiência com a presidência da Funai. Entregamos um documento colocando a nossa preocupação com tudo isso, mas a Coiab não aprova esse tipo de ações isoladas. Estamos aqui para trabalhar em prol dos direitos coletivos", destacou o coordenador da Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (Coiab), João Neves.

Governo de SC compra área de terra para abrigar indígenas no Extremo-Oeste
SÍTIO RÁDIO PORTO FELIZ, 20.11.2013

Área localizada em Bandeirante deve abrigar 30 famílias Guarani.



Decisão foi tomada em reunião na manhã desta quarta, em meio a protestos de agricultores
Foto: Ney Bueno/Sec. da Agricultura

O Governo do Estado anunciou, nesta quarta-feira (20), a compra de 800 hectares de terra, em Bandeirante, município vizinho a São Miguel do Oeste, para abrigar cerca de 30 famílias de índios Guaranis, que hoje moram de favor em uma área cedida provisoriamente pela tribo Kaingang, em Chapecó. A decisão foi tomada durante reunião, em Florianópolis, com os secretários da Agricultura, João Rodrigues, da Administração, Derly de Anunciação, da Casa Civil, Nelson Serpa, e agricultores de Cunha Porã e Saudades. Também participaram representantes do movimento de Defesa de Propriedade, Dignidade e Justiça Social (DPD), da Fetaesc, Fetraf Sul e Senar.

Os 800 hectares de terra adquiridos ficam na linha Riqueza do Oeste. O investimento do Governo de Santa Catarina será de R\$ 8 milhões dos recursos próprios do Estado dos quais, R\$ 4 milhões serão pagos em uma parcela e o restante em mais quatro parcelas em 2014.

Os agricultores, que fizeram uma manifestação em frente ao Centro Administrativo, na manhã desta quarta-feira, cobravam a finalização das negociações para compra do terreno para acabar com impasse de 13 anos. As famílias indígenas tinham conseguido com a Fundação Nacional do Índio (Funai) o direito a um território na fronteira entre os municípios de Cunha Porã e Saudade, onde já vivem e trabalham 170 famílias, pequenos agricultores que têm as escrituras de suas terras. A decisão da Funai foi parar na Justiça e, enquanto não acabava o julgamento, a região permanecia com um clima de tensão entre os índios e os agricultores.

Fonte: Governo do Estado de SC



Resolvido conflito entre agricultores e indígenas em Bandeirante, no Extremo-Oeste
SÍTIO GOVERNO DE SANTA CATARINA, 20.11.2013

Geni Clair da Costa e Wesley Nery da Costa, proprietários do terreno de 800 hectares, localizado na linha Riqueza do Oeste, em Bandeirante, no Extremo-Oeste, assinaram, nesta quarta-feira, 20, no Centro Administrativo, em Florianópolis, o contrato de venda da área no valor de R\$ 8 milhões. A assinatura do documento era uma das reivindicações dos agricultores de Cunha Porã e Saudades que cobravam solução das negociações iniciadas há dois anos com o governo do Estado.

O terreno será utilizado para abrigar as cerca de 30 famílias de índios Guaranis, que hoje moram de favor em uma área cedida provisoriamente pela tribo Kaingang, em Chapecó. A decisão para concretização das negociações foi tomada durante reunião, em Florianópolis, com os secretários da Agricultura, João Rodrigues; da Administração, Derly de Anunciação; da Casa Civil, Nelson Serpa; e agricultores de Cunha Porã e Saudades. Também participaram representantes do movimento de Defesa de Propriedade, Dignidade e Justiça Social (DPD), da Fetaesc, Fetraf Sul e Senar.

Pelo acordo com os proprietários do terreno, o investimento do governo de Santa Catarina será de R\$ 8 milhões dos recursos próprios do Estado dos quais, R\$ 4 milhões serão pagos em uma parcela e o restante em mais quatro parcelas em 2014. Os proprietários garantiram que vão deixar para os índios 50 cabeças de gado, 15 cavalos/mulas, sete casas de madeira, trator, carretão e arado. O diretor de gestão patrimonial da Secretaria de Administração, coronel Pedro Roberto Abel, explicou que ainda em dezembro deste ano será pago, pela Secretaria da Agricultura e da Pesca, a primeira parcela de R\$ 4 milhões aos proprietários do terreno.

Os agricultores, que fizeram uma manifestação em frente ao Centro Administrativo, na manhã desta quarta-feira, cobravam a finalização das negociações para compra do terreno para acabar com impasse de 13 anos. As famílias indígenas tinham conseguido com a Funai (Fundação Nacional do Índio) o direito a um território no limite entre os municípios de Cunha Porã e Saudade, onde já vivem e trabalham 170 famílias, pequenos agricultores que têm as escrituras de suas terras. A decisão da Funai foi parar na Justiça e, enquanto não acabava o julgamento, a região permanecia com um clima de tensão entre os índios e os agricultores.

O secretário João Rodrigues explica que a compra dessa terra dará fim à disputa. A partir de agora, o governo do Estado vai passar para a Assembleia Legislativa os documentos relativos à compra, para que seja aprovado a cessão de uso da terra para a Funai para alocar as famílias indígenas.

"Com a boa vontade de evitar conflitos e fazer com que as pessoas vivam melhor, o governador Raimundo Colombo determinou a aquisição de uma área de terra em Bandeirante que será transformada não em área indígena e não em uma aldeia, mas em uma comunidade rural para os índios. É a primeira vez que um governo do Estado adquire um terreno para solucionar o impasse", explicou o secretário.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 211 / 2013

Brasília, 21 de novembro de 2013.

Rodrigues lembra que houve demora para a compra do terreno por conta da longa negociação com os donos da propriedade, que não aceitavam o valor proposto pelo Estado. Ele salienta também que existia um acordo prévio do Governo Federal de repassar R\$ 10 milhões para compra do terreno, mas que isso não foi concretizado. "Isso não impediu a solução do problema. Aceitamos a proposta da família da área e a parte do governo do Estado está concluída. Agora, cabe à Funai concretizar a transferência dos índios".

O presidente do movimento de Defesa da Propriedade, Dignidade e Justiça Social, Paulo Huf, disse que os agricultores estavam com muita expectativa para que os impasses fossem resolvidos. "O governo do Estado cumpriu com sua palavra e agora vamos aguardar a parte da Funai em transferir os índios. A gente entende a burocracia para concretização das negociações, mas há muitas pessoas preocupadas com a demora. Agora, ficamos mais tranquilos".



Moka comenta confronto entre indígenas e produtores rurais

SÍTIO SENADO FEDERAL, 20.11.2013

O senador Waldemir Moka, do PMDB, espera que, nesta quinta-feira, o ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, explique as propostas do governo para evitar o confronto entre indígenas e produtores rurais em Mato Grosso do Sul e em outros estados. O ministro vai falar sobre demarcação de terras indígenas na Comissão de Agricultura do Senado, juntamente com o ministro Luís Adams, da Advocacia-geral da União. O senador disse que há meses o governo prometeu uma solução para os conflitos entre índios e produtores, mas, até agora, nada foi resolvido e o problema vem se agravando. Segundo Waldemir Moka, o estado tem 80 propriedades invadidas por grupos indígenas. Cansados de esperar, nesta terça-feira produtores rurais fizeram um protesto em Campo Grande e invadiram a sede da Funai.

(Waldemir Moka) É um ato quase de chamar a atenção para o problema. Nós teremos uma grande oportunidade de diretamente perguntar ao ministro José Eduardo Cardoso se governo tem uma solução, porque o enfrentamento, lá no Mato Grosso do Sul, me parece inevitável.

Indígenas de Sidrolândia defendem a Funai e afirmam que incentivo as invasões não existe

SÍTIO NOTICIDADE, 20.11.2013



Diversos indígenas da região da Buriti em Sidrolândia estiveram na sede da Funai (Fundação Nacional do Índio) em Campo Grande para defender e mostrar apoio ao presidente da entidade logo após as manifestações dos fazendeiros na Capital.

O movimento dos produtores foi durante a manhã, e logo no início da tarde cerca de 150 indígenas da etnia terena se reuniram na sede da Funai.

“Estamos indignados com a ação dos produtores rurais, já que estamos cumprindo tudo o que foi estabelecido em acordo com o Ministro da Justiça (José Eduardo Cardozo)”, afirmou Antônio Aparecido Jorge, cacique da Aldeia Córrego do Meio.

“Aguardamos a decisão até o dia 30, mas afirmo que nenhum produtor rural perdeu a vida”, emendou Jorge, lembrando as mortes de indígenas em Mato Grosso do Sul.

Os produtores realizaram o protesto afirmando, entre outros pontos, que a Funai estaria incentivando invasões indígenas no Estado.

“Isso nunca aconteceu”, garantiu Jorge, que ainda reclamou que os indígenas não têm apoio de nenhuma autoridade política do Estado.

Alberto Terena, representante na mesa de negociação com produtores e Ministério da Justiça, afirmou que teme pelos direitos dos indígenas.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 211 / 2013

Brasília, 21 de novembro de 2013.

“Essa negociação preocupa a gente, já que se estende cada vez mais e nunca resolve nada”, disparou Alberto. O protesto indígena também pede a volta da Força Nacional às áreas de conflito. (Com informações do Campo Grande News)

Luiz Ribeiro - Noticidade



Povos Indígenas

SÍTIO CANDANGO!, 20.11.2013

A exposição Povos Indígenas no Brasil 1980/2013 – Retrospectiva em Imagens da Luta dos Povos Indígenas no Brasil por seus Direitos Coletivos comemora os 30 anos do apoio norueguês aos índios brasileiros e os 25 anos da Constituição.

A mostra conta com 44 imagens feitas por mais de 30 artistas diferentes. A montagem é em ordem cronológica e acompanha mapas e textos, em português e inglês, com explicações sobre o registro.

A maior parte das fotos foi publicada originalmente na imprensa ou nos volumes da série Povos Indígenas no Brasil, elaborada, inicialmente, pelo Centro Ecumênico de Documentação e Informação (Cedi) e, a partir de 1994, pelo ISA, com apoio do governo norueguês.

Com momentos e personagens históricos, as obras mostram a inclusão do índio na sociedade contemporânea, o que se deu a partir da criação dos direitos indígenas na Constituição. Entre os temas estão a luta pelo reconhecimento de terras, resistência às invasões de garimpeiros e madeireiros, o apoio de celebridades como o músico Sting e a apropriação das tecnologias do homem branco.

Local: Praça Externa do Museu Nacional

Endereço: Esplanada dos Ministérios

Quando: De 20/11/2013 a 19/12/2013

Horário: Terça a Domingo, das 9h às 18h30

Preço: Entrada franca

Classificação Indicativa: Livre



Governo libera R\$ 4 milhões para o Parque Quilombo dos Palmares, em Alagoas
SÍTIO REDE BRASIL ATUAL, 18.11.2013

Recursos serão usados para obras de conservação e melhorias do sítio histórico e seu entorno, e também na construção de um museu

União dos Palmares (AL) - O Ministério da Cultura destinou R\$ 4 milhões, do Fundo Nacional de Cultura, para a Fundação Cultural Palmares com o objetivo de incentivar as comemorações do Dia da Consciência Negra, celebrado neste 20 de novembro. Metade dos recursos deve ser usado para reformas e melhorias na estrutura do Parque Memorial Quilombo dos Palmares, no município.

De acordo com o presidente da fundação, Hilton Cobra, a ministra da Cultura Marta Suplicy telefonou para ele de manhã, informando sobre a disponibilização dos recursos. "É mais do que necessário, mais do que urgente essa atualização constante dos equipamentos do parque", destacou.

Com o dinheiro, ele acredita que será possível reformar as construções do local, que simulam como eram as casas no local, no século 16. Parte dos recursos serão utilizadas, também, para asfaltar os 9 quilômetros de estrada de terra que levam à fundação.

Cobra também quer transformar uma estação de trem desativada de União dos Palmares em um museu e criar uma linha de trem que leve as pessoas ao pé do Morro da Serra da Barriga, que conta com o memorial em seu topo e que fazia parte do histórico Quilombo dos Palmares. "Se a gente conseguir emplacar isso até 2014, vamos mostrar que, realmente, o Poder Público abriu seus recursos, seus cofres e suas cabeças para a necessidade de manutenção da cultura mais rica do Brasil, que é a cultura de matriz africana", destacou.

O Parque Memorial Quilombo dos Palmares, implantado em 2007 pelo Ministério da Cultura, por meio da Fundação Palmares, reconstituiu o cenário do quilombo no século 16. Desde 1981, no Dia da Consciência Negra, representantes do movimento, de religiões de matriz africana, além de admiradores da história de Zumbi, sobem a serra – a maioria a pé – para reverenciar o herói nacional e os habitantes de Palmares.



Assistência técnica incentiva e amplia produção quilombola

SÍTIO PORTAL BRASIL, 20.11.2013

Governo Federal tem lançado chamadas públicas para atender essas comunidades e ajudá-las a incrementar a produção

O aprendizado da comunidade quilombola é milenar, passado de geração para geração. Mesmo assim, a demanda por serviços de assistência técnica é necessária.

Para isso, o Governo Federal tem lançado chamadas públicas de Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater), política coordenada pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), para atender essas comunidades e ajudá-las a incrementar a produção e, consequentemente, aumentar a renda dessa parcela da população.

Para o coordenador-geral de Políticas para Povos e Comunidades Tradicionais do MDA, Edmilton Cerqueira, os serviços destinados a quilombolas buscam fortalecer a comunidade e ampliar o processo de organização produtiva.

“É importante porque povos e comunidades tradicionais clamam pelos serviços de Ater para consolidarem e ampliarem seu processo produtivo, que vai desde o processo da produção até a comercialização”, afirma Cerqueira.

Edmilton destacou que as famílias quilombolas são atendidas por técnicos, que respeitam as especificidades destes públicos e atuam de forma a estimular a inclusão de jovens e mulheres.

“Milhares de famílias quilombolas de todo o Brasil são beneficiadas por essas chamadas específicas. Como os quilombolas são beneficiários do Plano Brasil sem Miséria, além da assistência técnica, as famílias recebem R\$ 2,4 mil para fomento das atividades produtivas”, explica o coordenador.

Melhoria de vida

O mineiro Francisco Soares, 46 anos afirma ter encontrado um novo rumo para sua propriedade após a visita dos técnicos de Ater ao Quilombo do Gurutuba, no norte de Minas Gerais.

O quilombola conta que a chamada de assistência técnica que contemplou a comunidade ajudou muito os moradores. “Nada mais justo que sermos acompanhados por um técnico. Somos agricultores familiares também. Queremos o acompanhamento para poder produzir”, avalia.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 211 / 2013

Brasília, 21 de novembro de 2013.

Casado e pai de três filhos, Francisco cultivava mandioca em sua propriedade. Ele conta que agora tem mais tempo para fazer outras coisas em casa.

“As pessoas não tinham muito assessoria técnica, o trabalho era de cada um. Agora, com a assistência mudou muito. Obtive mais conhecimento, faço o trabalho em menos tempo e posso ficar mais com meus filhos e fazer outras coisas”, garante o mineiro.

Fonte:

Ministério do Desenvolvimento Agrário



Em Ji-Paraná, MPF atua em prol das comunidades quilombolas
SÍTIO TUDO RONDÔNIA, 20.11.2013

Ministério Público Federal tem trabalhado para que comunidades de remanescentes de quilombos recebam políticas públicas e tenham acesso a direitos básicos.

Na defesa das populações tradicionais, o Ministério Público Federal (MPF) em Ji-Paraná tem atuado em prol de seis comunidades quilombolas, com o objetivo de garantir que estas populações tenham acesso a direitos fundamentais.

O MPF apura as condições de prestação de políticas públicas nas comunidades quilombolas presentes nos municípios de Costa Marques (comunidades Forte Príncipe da Beira e Santa Fé). Na última semana, dias 12 e 13 de novembro, o procurador da República Henrique Felber Heck participou de reunião que houve entre as comunidades quilombolas presentes naquele município. Os temas abordados durante as reuniões vão gerar providências por parte do órgão.

O órgão também acompanha a implementação de políticas públicas para os quilombolas dos municípios de Alta Floresta D'Oeste (comunidade Rolim de Moura do Guaporé) e de São Miguel do Guaporé (Quilombo de Jesus).

Para tratar da questão fundiária da comunidade Forte Príncipe da Beira, foi instaurado um inquérito civil público específico. A população remanescente de quilombo está próxima ao Forte Príncipe da Beira, em região de fronteira, e possui controvérsias com o Exército em relação ao direito de uso da área. O MPF tem intermediado e contribuído com as negociações entre os representantes das 90 famílias quilombolas e o Exército Brasileiro. Atualmente, a comunidade quilombola está analisando uma proposta dos militares para assinatura de uma Concessão de Direito Resolutivo de Uso.

O órgão também faz acompanhamento em relação aos quilombolas do município de São Francisco do Guaporé (comunidades Santo Antônio e Pedras Negras). Estas duas populações reclamaram sobre o fechamento da estrada de acesso ao Porto Santa Rosa e também do fechamento do novo porto que foi construído. Em um inquérito civil público, o MPF pediu providências à prefeitura para solucionar o problema, além de acompanhar a iniciativa da associação de pescadores e de particulares em demanda sobre o tema.

Quilombolas de Rondônia

No território rondoniense existem seis comunidades quilombolas que já possuem Certidão de Auto-Reconhecimento expedida pela Fundação Cultural Palmares: Forte Príncipe da Beira e Santa Fé, em Costa Marques; Laranjeiras, em Pimenteiras D'Oeste; Santo Antônio do Guaporé e Pedras Negras, no município de São Francisco do Guaporé; e Quilombo de Jesus, em São Miguel do Guaporé.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 211 / 2013

Brasília, 21 de novembro de 2013.

Outras três comunidades querem ser reconhecidas como quilombolas. São elas: Rolim de Moura do Guaporé e Tarumã, em Alta Floresta D'Oeste; e Pimenteiras do D'Oeste, localizada no município que tem o mesmo nome.

Fonte: MPF/RO (www.prro.mpf.gov.br)



Dia da Consciência Negra: Remanescentes de Quilombolas em Valença

SÍTIO PORTAL GRANDE REDE, 20.11.2013

A comunidade quilombola Tranqueira na zona rural do município de Valença do Piauí (distante cerca de 18 km da sede do município) foi oficialmente reconhecida como remanescente de quilombo em maio de 2009. A informação foi publicada na época pela Fundação Cultural Palmares (FCP) no Diário Oficial da União.

Outra comunidade que recebeu o reconhecimento no Estado foi a Saco do Curtume, em São João do Piauí.

Certificação

A certificação ocorreu conforme as declarações de auto-reconhecimento de cada comunidade, respeitando o decreto nº 4.887/2003 e a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre os povos indígenas e tribais. A certificação de comunidades remanescentes de quilombos pela Fundação Cultural Palmares teve início com a aprovação do decreto nº 4.887/2003, que visa garantir a essas comunidades a posse da terra e o acesso a serviços de saúde, educação e saneamento.

Dessa forma, a partir do reconhecimento, o processo segue para o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), onde será elaborado o Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID) das comunidades. Em seguida, é a etapa de desintrusão, na qual são identificados os imóveis rurais dentro do perímetro da comunidade quilombola. Nesta fase, os imóveis particulares são desapropriados e as famílias não-quilombolas que se enquadrarem no Plano Nacional de Reforma Agrária serão reassentadas pelo Incra.

A quarta e última fase é a titulação, na qual a comunidade quilombola recebe um único título correspondente à área total. Para que isso ocorra, o grupo deve se auto-reconhecer como comunidade remanescente de quilombo. Após receber a declaração de auto-reconhecimento por escrito, a Fundação Palmares inscreve a comunidade no Cadastro Geral e expede a certidão de auto-reconhecimento.

A certificação é fundamental para essas comunidades, uma vez que ela é o primeiro passo para a regularização fundiária das comunidades, além de viabilizar a participação dos quilombolas em ações de políticas públicas do Governo Federal, como o Bolsa Família, Fome Zero, Luz para Todos, além dos programas de habitação e saúde da família.

As famílias existentes na comunidade Tranqueira sobrevivem da agricultura: como por exemplo a plantação de feijão, milho, arroz, mandioca, dentre outros.

Por Ricardo Fontenele



Peregrinação ao Quilombo dos Palmares marca festejos a Zumbi

SÍTIO CORREIO BRAZILIENSE, 20.11.2013

A programação começou com a limpeza espiritual do quilombo. Religiosos de matriz africana deram um banho de cheiro no local e depois receberam dezenas de capoeiristas

União dos Palmares - Desde 1981 intelectuais negros vão ao município de União dos Palmares (AL), no dia 20 de novembro, para subir a Serra da Barriga e visitar o local onde existiu o Quilombo dos Palmares e viveu um dos maiores líderes negros, Zumbi dos Palmares. O movimento cresceu e hoje o topo de um dos montes da serra atraiu, este ano, cerca de 10 mil peregrinos para a chamada Meca negra.

A programação começou com a limpeza espiritual do quilombo. Religiosos de matriz africana deram um banho de cheiro no local e depois receberam dezenas de capoeiristas para um café da manhã. Reunidos em um cortejo sagrado, levaram uma coroa de flores amarelas e brancas até a estátua de Zumbi.

A reverência ao herói nacional vinha de todos os lados. "Eu não poderia ser uma pessoa resistente se não existisse Zumbi dos Palmares. Toda gente negra brasileira tem nele aquele marco da resistência contra a discriminação e a segregação", destacou o presidente da Fundação Cultural Palmares, Hilton Cobra.

Para religiosa Cintia Santana, Zumbi começou a reconstruir a autoestima negra, perdida na travessia dos navios negreiros abarrotados de africanos escravizados. "O Zumbi, para nós que somos negros, foi uma quebra para sabermos hoje que temos identidade. Nós somos o que somos porque pessoas como ele lutaram pela nossa identidade, pela nossa cor, pela nossa raça", diz. "Chegamos aqui no Brasil forçados e começamos a trabalhar para os engenhos. Não tínhamos valor e ele mostrou que o negro tem valor."

O mestre de capoeira Juscenildo Barreto da Silva, conhecido como mestre Veneno, aproveitou o dia fazer o que sabe. Na roda, entre um golpe e outro, deu seu depoimento: "o rei Zumbi é praticamente o nosso advogado, que lutou pela gente e morreu pela gente. Isso é muito importante para nós capoeiristas. Todos os dias, nas nossas escolas de capoeira, nas nossas vivências, a gente fala no rei Zumbi".

Foi no dia 20 de novembro de 1695 que morreu Zumbi, herói nacional perseguido por tropas do governo por lutar pela liberdade dos negros escravizados, trazidos da África para o Brasil. O Quilombo dos Palmares é um símbolo histórico dessa luta. Com mais de 200 quilômetros de extensão, ocupou uma área que ia de Pernambuco a Alagoas. Ali, negros e negras que não suportavam as regras da chibata se refugiaram desde o fim do século 16. Os historiadores acreditam que o Quilombo dos Palmares durou mais de um século.

CONT.



A história desse local um tanto místico, um tanto símbolo de resistência não é totalmente clara. O pouco que se sabe foi contado na versão dos colonizadores. O pesquisador da Universidade Federal de Alagoas, Zezito de Araújo, explica que a imagem de Zumbi como herói é uma construção recente. "Zumbi tem vários momentos no escrever da história brasileira. Primeiro ele não existia. Quando ele começou a existir, ele passou a ser considerado um suicida. Com isso, você descaracteriza esse grande herói que ele é, porque o desqualifica como tal", reforça.

A partir da década de 1970, em consequência da militância do movimento negro, Zumbi passou a ter uma nova conotação: ele se tornou um herói, um guerreiro que liderou a revolta dos quilombolas. Para a professora Clara Suassuna, diretora do Núcleo de Estudos Afro-brasileiros da Universidade Federal de Alagoas, a simbologia do herói Zumbi é muito forte.

Ela conta uma história que ouviu na Serra da Barriga, o local onde fica o Quilombo dos Palmares. "Eu entrevistei uma senhora na serra da barriga e ela disse que o negro Zumbi toda noite batia na porta da casa dela". Por mais que o filho mostrasse a mãe que o barulho na porta era provocado por uma coruja, a mãe não se conformava: "eu sei a diferença entre coruja e Zumbi", conta. Com isso na cabeça, foi conversar com o professor Kabengele Munanga, da Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, da Universidade de São Paulo. "Ele me lembrou que os grandes espíritos se incorporam nos animais. Isso é uma prática de diversos lugares da África, da cultura indígena e isso tem um poder simbólico muito grande", resumiu Munanga.

Clara Suassuna destacou que a história de Zumbi precisa ser tratada com mais respeito. "A gente não tem relatos escritos pelos próprios negros. Eu acho que ainda precisa muito estudo para a gente poder esclarecer e montar uma história de Zumbi de forma mais respeitosa, porque durante muito tempo ele foi machucado e só agora está sendo recuperado com a dignidade que merece", diz.



Governo mapeia comunidades negras para reconhecimento como quilombolas
SÍTIO PORTAL CT, 20.11.2013

Ao todo, 27 já receberam o documento que comprova a descendência de escravos

Nesta quarta-feira, 20, data em que é lembrada a morte do Zumbi dos Palmares, o Brasil comemora o Dia da Consciência Negra. No Tocantins, existem 27 comunidades quilombolas formadas por pessoas que, assim como Zumbi, fugiram dos grilhões, do chicote e dos trabalhos forçados e se esconderam em locais isolados pelo interior do Brasil. Muitas comunidades que carecem de estrutura básica, mas que vem recebendo auxílio do governo do Estado para se desenvolverem e garantirem mais qualidade de vida.

Em parceria com a Defensoria Pública, o Estado já realizou o mapeamento das comunidades negras rurais do Tocantins para reconhecimento oficial como quilombolas, por parte do governo federal. Ao todo, 27 já receberam o documento que comprova a descendência de escravos.

De acordo com o assessor de Afrodescendência da Secretaria de Estado da Defesa Social (Seds), André Luiz Gomes da Silva, o Tocantins ainda luta pelo reconhecimento de outras comunidades negras como forma de garantir o acesso delas a políticas públicas do governo federal para a saúde, educação e cidadania. "Nós identificamos 37 comunidades negras rurais. Visitamos 12 e, destas, em quatro estamos elaborando relatórios históricos para mandarmos para a Fundação Cultural Palmares", disse. Em análise na fundação, está o caso de uma comunidade em Paranã, no sudeste do Estado, que deve ser reconhecida.

Além de apontar as comunidades que podem ser reconhecidas como quilombolas, os técnicos da Seds, acompanhados de equipe da Defensoria Pública Estadual percorreram essas regiões para realizar cadastro socioeconômico das populações negras que vivem na zona rural dos municípios. "O Estado hoje conhece a realidade de todas essas comunidades. Além disso, nós orientamos as comunidades sobre como ter acesso às políticas do Programa Brasil Quilombola (PBQ)", disse. O PBQ reúne ações do governo federal voltadas para as comunidades de remanescentes de quilombos, como regularização fundiária, Luz para Todos, Bolsa Família.

No âmbito estadual, o governo ajuda as comunidades a se sustentarem. O projeto Segurança Alimentar e Nutricional para Comunidades Quilombolas, desenvolvido pela Secretaria de Estado do Trabalho e Assistência Social (Setas), tem como objetivo garantir qualidade de vida aos remanescentes de quilombos através de orientações de manejo em projetos de apicultura, policultura e horta comunitária. Assim, eles conseguem manter nas comunidades atividades produtivas agroecológicas de mandioca, feijão, abóbora e hortaliças.

Combate à sede

Todas as ações de segurança alimentar, no entanto, acabam impossibilitadas pelo longo

CONT.



período de seca pelo qual o Tocantins passa. Localidade de grande concentração das comunidades quilombolas do Estado, o sudeste tocaninense é o que mais sofre com a falta d'água durante a seca. Para combater as mazelas causadas pela ausência de chuvas, o governo do Estado implantou uma ação emergencial denominada Mais Água Sudeste, que leva água potável em caminhões-pipa para as comunidades rurais do Tocantins, incluindo os remanescentes de quilombos.

Moradora da comunidade quilombola do Baião, em Almas, a 276 quilômetros de Palmas, dona Benvinda Fernandes Cardoso destacou que a chegada da água para a comunidade é a garantia de um direito básico da população. "Essa água que a gente recebe aqui é muito importante. A gente usa para tudo, para consumo, para lavar roupa, para cozinhar", destacou.

Cultura

Muito mais do que garantir reconhecimento e segurança alimentar, o dia 20 de novembro é lembrado como data de luta de um povo. A manutenção das raízes culturais é de extrema importância para garantir a cidadania dos negros no Brasil. União de luta, música, dança e crença, a capoeira vem ao longo dos séculos se tornando uma ferramenta de resistência cultural.

Em Arraias, no sudeste do Estado, a Associação Cultural Chapada dos Negros promove no mês de novembro uma série de atividades voltadas para o fortalecimento da cultura negra no município. De acordo com o presidente da Associação, José Reginaldo Ferreira de Moura, o Mestre Fumaça, desde o início deste mês as escolas recebem ações do grupo voltadas para a conscientização da cultura negra. "Desde o dia primeiro (de novembro) estamos fazendo um trabalho junto às escolas, resgatando um pouco da história e da cultura dos nossos antepassados", explicou.



Qual a origem do Dia da Consciência Negra?

SÍTIO TERRA, 20.11.2013

Data é celebrada em 20 de novembro para lembrar Zumbi, líder do Quilombo dos Palmares, assassinado por tropas coloniais em 1695

Na década de 1970, um grupo de quilombolas no Rio Grande do Sul cunhou o dia 20 de novembro como o Dia da Consciência Negra: uma data para lembrar e homenagear o líder do Quilombo dos Palmares, Zumbi, assassinado nesse dia pelas tropas coloniais brasileiras, em 1695. A representação do dia ganhou força a partir de 1978, quando surgiu o Movimento Negro Unificado no País, que transformou a data em nacional.

Segundo a historiadora da Fundação Cultural Palmares, Martha Rosa Queiroz, a data é uma forma encontrada pela população negra para homenagear o líder na época dos quilombos, fortalecendo assim mitos e referências históricas da cultura e trajetória negra no Brasil e também reforçando as lideranças atuais. "É o dia de lembrar o triste assassinato de Zumbi, que é considerado herói nacional por lei, e de combate ao racismo", afirma. A lei federal de 2011 (12.519) institui o 20 de novembro como Dia Nacional da Consciência Negra. A adoção dos feriados fica por conta de leis municipais. Diversas atividades são realizadas na semana da data como cursos, seminários, oficinas, audiências públicas e as tradicionais passeatas.

O Quilombo dos Palmares ficava onde hoje se encontra o estado de Alagoas e é considerado o maior quilombo territorial e temporal do Brasil, pois durou cerca de 100 anos. Em seu auge, chegou a abrigar de 25 mil a 30 mil negros. "Funcionava como um Estado dentro de outro Estado. Os negros fugiam do sistema escravista e se refugiavam em uma área de difícil acesso, mas com solo muito rico", conta.

Mas como a comunidade dos quilombos conseguiu resistir por um século contra o exército brasileiro, que utilizou canhões pela primeira vez em tentativas de destruir o quilombo? "O quilombo possuía um corpo bélico, com armas adquiridas por meio de trocas com fazendeiros do entorno, pela comida que produziam e também por assaltos", explica Martha.

O quilombo também contava com uma rede de informação grande, onde negros ainda na condição de escravos passavam informações antes das tropas chegarem ao local. A prática de guerra adotada era a guerrilha, quando o atacado recua antes do inimigo chegar, deixando o local vazio. "No mundo, existem outras experiências de quilombos e utilização de datas importantes da cultura negra. Mas o Brasil se destaca pelo uso que faz do 20 de novembro e pela dimensão que ele tomou".



Debatendo o ensino das culturas afro-brasileiras e indígenas

SÍTIO JORNAL GGN, 21.11.2013

Para historiador, escola ensina visão branca e deve resgatar papel de negros e índios na criação do País Por Rafael Gregorio

Os programas escolares brasileiros são racistas e o mito da “democracia racial” embaça os olhos da sociedade diante de conflitos étnicorraciais, afirma Amílcar Araujo Pereira. Professor da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e doutor em História, ele lançou neste ano, em parceria com a colega Ana Maria Ferreira da Costa Monteiro, o livro *Ensino de História e Culturas Afro-Brasileiras e Indígenas*, pela editora Pallas. Na obra, organizadores e articulistas debatem a efetiva aplicação das leis 10.639, de 2003, e 11.645, de 2009, que determinam a inclusão de história e cultura afro-brasileiras e indígenas nos programas pedagógicos das escolas do País. Pereira, carioca de 35 anos, foi professor da rede municipal fluminense durante dois anos em Mangaratiba e já escreveu ou organizou outros dois livros sobre temas correlatos. Ele identifica três razões principais para a disciplina ainda não integrar, de fato, o currículo: falta de materiais didáticos, poucas verbas governamentais para financiar pesquisa histórica e carência de docentes capacitados. Leia mais a seguir.

Carta na Escola: O que motivou a organização de *Ensino de História e Culturas Afro-Brasileiras e Indígenas*?

Amílcar Pereira: A necessidade de produzir reflexão e conhecimento sobre esses assuntos. O livro foi resultado de um seminário nacional organizado na UFRJ, em 2010, por mim, pela professora Ana Maria Monteiro e por outros professores que formam o Lepeh, o Laboratório de Estudos e Pesquisas em Ensino de História da Faculdade de Educação da UFRJ. O livro é composto principalmente de artigos dos participantes desse evento. Esses temas têm pouquíssima produção até hoje em comparação com outros assuntos e historicamente estiveram ausentes da escola. Percebemos uma necessidade urgente para a sociedade brasileira: que todas as suas matrizes estejam presentes nos currículos escolares. É uma questão ética.

CE: Além dessa falta de material acadêmico, quais são os maiores obstáculos à aplicação das leis que preveem o ensino de cultura e história afro-brasileira e indígena?

AP: Hoje estou coordenando uma pesquisa sobre a implementação das leis em um grupo com 12 bolsistas na UFRJ. Entrevistamos professores e diretores em várias escolas no Rio de Janeiro, em Duque de Caxias e em Nova Iguaçu. Há vários entraves. Um obstáculo tradicionalmente mencionado é o da falta de material didático. Hoje há uma quantidade substancial de fundamentos para ajudar o trabalho dos docentes. Não dá pra dizer, como se falava há dez anos, que não existe material. Porém, ainda não é suficiente. Há muitas histórias relacionadas às populações negra e indígena que nós não conhecemos. Estudo essas questões há muitos anos e estou sempre descobrindo coisas novas, é impressionante! A liberação de recursos por governos, tanto o federal quanto os estaduais, para financiar pesquisas históricas

CONT.



sobre as culturas afro-brasileira e indígena também é um problema. Outra dificuldade é a pouca quantidade de pesquisadores com trajetória nessa área. Historicamente a cultura e a história afro-brasileira não foi um tema prestigiado na academia. Precisamos qualificar quadros.

CE: Há alguma raiz histórica para essa forma de preconceito escolar?

AP: No Brasil existe uma ideia há décadas, principalmente desde o governo Vargas, de democracia racial. Essa concepção de certa forma tornou invisíveis os conflitos evidentes. Determinou a celebração de uma formação que não contemplava, tanto nas escolas quanto no senso comum, as matrizes negras e indígenas que são formadoras da sociedade brasileira. Celebrava-se a miscigenação, mas só estudamos a história da Europa, como se isso fosse dar conta do conceito de formação nacional. Existe igualmente o preconceito racial e há também um componente religioso, principalmente evangélico e em particular nas grandes cidades. Tenho conversado com amigos que lecionam em São Paulo e eles dizem que lá é muito parecido com o que observo aqui no Rio: existe uma demonização do continente africano. Quando você trata de algo sobre a população negra, especialmente a africana, muitos alunos acham que é coisa do diabo. Nesse sentido, há professores evangélicos que não aceitam trabalhar a sistemática da lei, ainda que ela passe ao largo de incluir conteúdos religiosos. São muitos os desafios.

CE: É como se essa ideia de “democracia racial” tivesse anestesiado conflitos necessários para o debate?

AP: Não acho que o debate precise de conflitos, mas sim da compreensão de que eles existem e estão aí. É preciso ver a sociedade brasileira tendo em mente a desigualdade. Discutir as relações étnicorraciais em nosso país e compreender que elas são historicamente desiguais e que, sim, se reproduzem hoje. Evidentemente existe racismo na escola. E não é algo velado e sutil, como muita gente diz. Eu observei e observo, tanto enquanto fui professor na rede municipal quanto agora, nas falas de meus alunos, futuros professores de História que fazem estágios em escolas públicas. Qualquer professor já presenciou casos de racismo onde trabalha, desde xingamentos entre alunos até a forma como funcionários ou mesmo colegas lidam com as diferentes crianças e jovens, ainda que sem intenção. É fundamental transformar a escola e enfrentar essa ideia de democracia racial com viés embranquecedor. É um desafio muito grande. Não se trata apenas de inserir um ou outro conteúdo, mas de transformar todo o próprio ensino. Não é simples, não. Mas pode contribuir para a construção de uma prática docente pautada pela pluralidade cultural e pelo respeito às diferenças.

CE: Que exemplos o senhor mencionaria de casos em que a história dita oficial ignorou ou desvirtuou a participação de negros ou indígenas?

AP: Publiquei este ano minha tese de doutorado, chamada “O mundo negro”, sobre relações raciais e a constituição do movimento negro no Brasil. Para isso passei um ano em pesquisas nos EUA. Minha ideia era pesquisar relações entre o movimento negro brasileiro e o norte-americano. Ao chegar, tive uma surpresa fantástica. A Frente Negra Brasileira foi uma organização criada em São Paulo, em 1931. Eu já tinha ouvido falar dela e estudado bastante.

CONT.



Em 1936, ela tornou-se um partido político que aglutinava milhares de pessoas em todo o Brasil, com ramificações na Bahia e em Minas Gerais, Pernambuco, Rio Grande do Sul. Muito grande. Alguns historiadores falam em 30 a 40 mil associados. Chegou a ser recebida por presidente da República nos anos 1930 e teve algumas demandas atendidas. Em 1937 todos os partidos políticos foram fechados por Getúlio Vargas no golpe do Estado Novo. E a gente não conhece. Você já tinha ouvido falar?

CE: Confesso que não.

AP: Mas de Martin Luther King e Panteras Negras você já tinha ouvido falar?

CE: Com certeza. Vimos até no cinema...

AP: Nessas pesquisas, encontrei a Frente Negra Brasileira, em 1935, apresentada ao público americano pelos jornais da imprensa negra como a mais poderosa organização fundada e criada na sociedade brasileira. Esses veículos tinham grande circulação, alguns em âmbito nacional, e publicavam reportagens superelogiosas, citando até uma organização em Porto Rico inspirada no grupo brasileiro. Algumas me deixaram boquiaberto: a organização sendo exposta como um exemplo a ser seguido pelos negros norte-americanos na busca por direitos civis. Isso na década de 1930! Antes das lutas que conhecemos bem: Martin Luther King, Malcolm-X, Panteras Negras e tal. Elas só deslanchariam na década de 1950.

CE: Há quem atribua ao racismo a demora da academia e do público em reconhecer o valor de autores negros, como Cruz e Sousa. Houve uma segregação pedagógica de cunho racista?

AP: Isso me parece evidente. É só olhar para o mercado de trabalho. Recebi há pouco uma pesquisa do instituto Ethos que mostra como o quadro executivo das 500 maiores empresas do Brasil é composto de 94% de gerentes, diretores e chefes brancos. Há uma sub-representação dessas populações na literatura, nas artes em geral e na política. Quando se olha para o Congresso Nacional isso fica evidente. Há também uma questão de gênero, pois (os líderes) são principalmente homens brancos.

CE: E no caso da história indígena os obstáculos são os mesmos?

AP: Acredito que tanto a população negra quanto a indígena sejam tornadas invisíveis nas escolas, tanto no currículo quanto nas práticas dos professores. Mas há uma diferença quantitativa muito grande, principalmente nas grandes cidades. A população negra é mais da metade do total, enquanto a indígena não chega a 1%. O racismo se manifesta mais diretamente com relação à população negra.

CE: Como políticas públicas influem na ausência de conteúdos afro-brasileiros e indígenas nos programas escolares?

AP: No Brasil a gente estuda mais história da Europa do que os franceses. Estive na França há um ano e meio e um amigo brasileiro que é professor de História em uma universidade francesa me levou para conversar com seus alunos. Os franceses estudam menos história da Europa do que nós. É absurdo. Lá eles estudam muito a história nacional, da França. Aqui, todas as histórias que a gente não conhece são reflexos dessas políticas, de opções feitas para dar visibilidade a um setor populacional: a população branca de origem europeia. Se você analisar os personagens históricos negros do século XIX, por exemplo, terá a impressão de que havia mais do que no século XX. Lima Barreto, André Rebouças, seu pai, Antônio Rebouças,

CONT.



conselheiro do Império. Após os projetos do início da República, a quantidade de negros proeminentes parece que diminui. O que é um contrassenso, pois a população negra vem aumentando a partir daí.

CE: Existe algum estado da federação ou alguma região do País que mereça particular destaque na aplicação dessas leis?

AP: Não tenho dados para responder objetivamente, mas posso dizer que há esforços nesse sentido em alguns estados antes mesmo de as leis federais existirem. A Bahia é um exemplo: já tinha legislação determinando o estudo de história e cultura afro-brasileira desde 1996, sete anos antes da Lei 10.639/03. Um histórico de vanguarda institucional.

CE: E com relação a eventuais diferenças pedagógicas entre as redes privada e pública?

AP: Na rede privada deve ser ainda mais difícil, porque as redes públicas recebem material, normativas, estão mais dispostas a ser interpeladas pelo Ministério Público. Esse controle social é mais difícil na rede privada.

CE: O fato de que precisamos de leis para evitar censuras pedagógicas de cunho racista evidencia que famílias, academia e sociedade falharam?

AP: Creio que não. Essa lei é fruto de demandas da própria sociedade, não é uma iniciativa do Estado. Podemos apontar os atores sociais que foram protagonistas da construção da lei: movimento negro, professores, intelectuais. Em pesquisas, encontrei a carta de princípios de 1978 do Movimento Negro Unificado, uma das organizações importantes que tivemos ainda no regime militar. Lá já havia uma reivindicação pela reavaliação do papel do negro na história do Brasil. Antes disso, em 1931, a Frente Negra já tinha criado escolas para ensinar outra história à população negra. O texto da lei foi apresentado por uma organização a um deputado e se transformou em lei. Antes disso havia outras tentativas no Congresso de parlamentares negros como Abdias do Nascimento, Paulo Paim e Benedita da Silva.



Emoção e fé: Missa dos Quilombos marca o Dia Nacional da Consciência Negra no Amapá

SÍTIO GOVERNO DO AMAPÁ, 21.11.2013

Missa dos Quilombos é uma das principais atividades da Semana da Consciência Negra, reunindo várias comunidades afrodescendentes do Amapá. O governador Camilo Capiberibe, acompanhado da primeira-dama Cláudia Camargo Capiberibe e de gestores do Estado, participou na noite desta quarta-feira, 20, na sede da União dos Negros do Amapá (UNA), da Missa dos Quilombos, uma das principais atividades da Semana da Consciência Negra, comemorada este ano no período de 16 a 25 de novembro, reunindo várias comunidades afrodescendentes do Amapá, além de dois grupos da Guiana Francesa - Katrepis e Djkan -, que se apresentam nos dias 22 e 23, respectivamente.

O chefe do Poder Executivo comentou que o Governo do Estado tem auxiliado as comunidades quilombolas do Amapá, seja buscando os mecanismos para o reconhecimento e valorização de suas terras ou realizando seminários que orientam as associações a buscarem recursos federais, como é o caso do "Minha Casa, Minha Vida Quilombola", que já beneficiou as comunidades de São Pedro dos Bois e Mel da Pedreira.

"Nosso objetivo é fazer com que todas as comunidades quilombolas sejam beneficiadas por esse programa do Governo Federal e temos colocado nossos técnicos para auxiliarem as comunidades. Quanto à missa, sem dúvida nenhuma é dos momentos mais emocionantes do evento, que fortalece a cultura negra no Amapá", declarou o governador.

Este ano o Governo do Estado fez um investimento na ordem de R\$ 1 milhão visando atender a todos os segmentos afrodescendentes. "A Semana da Consciência Negra serve também para reforçar o nosso compromisso de buscar a igualdade social para todos sem distinção de cor, raça ou religião", concluiu o governador.

Reconhecimento

Com a maioria da população negra, o Estado do Amapá possui mais de 70 comunidades, entre negras, quilombolas e tradicionais, sendo Curiaú, Mel da Pedreira e Conceição do Macacoari reconhecidas e homologadas como remanescentes quilombolas pelo Governo Federal.

História

Em 2003, no dia 9 de janeiro, a Lei 10.639 incluiu o Dia Nacional da Consciência Negra no calendário escolar. A mesma lei torna obrigatório o ensino sobre diversas áreas da História e Cultura Afro-brasileira. São abordados temas como a luta dos negros no Brasil, cultura negra brasileira, o negro na sociedade nacional, inserção do negro no mercado de trabalho, discriminação, identificação de etnias, etc.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 211 / 2013

Brasília, 21 de novembro de 2013.

Respeito

Em 2011, a presidente Dilma Rousseff sancionou a Lei 12.519/2011, que criou a data, mas que não obriga que ela seja feriado. Compete aos prefeitos de cada cidade a decisão de feriar ou oficializar a data como feriado local. O Dia da Consciência Negra é um feriado em mais de 800 cidades brasileiras.

Núcleo de Jornalismo/Secom

Autor: Da Redação
Agência Amapá



Mobilização é o segredo de comunidade quilombola baiana

SÍTIO GP1, 21.11.2013

Mesmo com a vontade constante de retomar as aulas, o seu retorno às tradições da comunidade não foi fácil.

Aos 57 anos, Juvani Jovelino, da Comunidade Kaonge, da Bahia, se apresenta primeiro como professora e depois como líder espiritual dos quilombolas. "Sou primeiro professora porque eu sempre tive esse sonho de ensinar, para que as crianças da comunidade não saíssem dadas [fossem entregues para algum parente ou conhecido criar], como eu fui", diz. Juvani deixou sua comunidade aos 7 anos para morar com a madrinha "para estudar e não ficar burra", contou.

Ela jamais quis estudar fora da comunidade. Depois de ter ido morar com a madrinha, Juvani só voltava nas férias, a cada seis meses. O dia de partir para a escola era sempre um sacrifício. "Não queria sair. Chorava na saia da minha mãe, chorava na saia da minha avó", lembra. "Mas a parte formidável é que eu aprendi muitas coisas. Aprendi a bordar e a costurar."

Ser professora com diploma e anel no dedo, era um sonho de criança. A morte do pai e da mãe em menos de um ano interrompeu o sonho de Juvani quando tinha 16 anos. Como estudava fora, teve de voltar para cuidar dos oito irmãos – a mais nova tinha 3 anos – e parou de estudar na 7ª série.

Mesmo com a vontade constante de retomar as aulas, o seu retorno às tradições da comunidade não foi fácil. Ela teve de lidar com a perda e com a falta de habilidade para desenvolver as atividades do quilombo. "Eu não sabia fazer nada. Aí eu fui aprender a ir para a maré, que é a sobrevivência da comunidade, tirar ostra, tirar sururu, cavar mirim na lama, fui aprender a bater azeite, catar dendê, limpar mandioca e a plantar manaíba", revela. Com o tempo e a ajuda das pessoas, a menina aprendeu "a fazer tudo para a manutenção da nossa sobrevivência."

A professora herdou do pai um terreiro de umbanda e duas mesas com "dois bancos de tira". Decidiu assumir a espiritualidade e a vocação de professora. Passou a dar aulas para as crianças da comunidade nas mesas do pai. Chegou a ter 68 alunos. As pessoas pagavam as aulas com marisco, farinha, batata e mandioca. "E eu ficava satisfeita porque eu não tinha", lembra.

As aulas eram dadas debaixo de um pé de manga, porque a casa era pequena para a quantidade de crianças. "O meu giz era carvão. O papel dos meninos escrever, era papel pautado ou papel de embrulho, em que se embrulhava o arroz e o feijão naqueles tempos", lembra. Depois, chegou o quadro-negro. Giz só vinha da cidade, de vez em quando.

Fonte: Agência Brasil

Título de terras quilombolas deve levar 150 anos

SÍTIO WSCOM, 21.11.2013

Entidade quilombola afirma que titulação precisa ser acelerada; há 1.264 processos em andame



Nos últimos 18 anos, 139 comunidades quilombolas receberam título da terra de acordo com o Instituto de Colonização e Reforma Agrária (Incra). Há atualmente 1.264 processos em andamento. Seguindo o mesmo ritmo, o trâmite para que todas as ações resultem em titulações levará 163 anos.

Ainda não houve titulações em 2013. Segundo o Incra, elas devem se concentrar no final do ano. Ainda de acordo com o instituto, a judicialização dos processos é um dos fatores que mais atrasa a obtenção dos títulos. Como um título pode ser emitido para uma ou mais

comunidades, há 207 beneficiadas em todo o País.

"A titulação da terra é nossa carta de alforria", afirma Denildo Rodrigues de Moraes, da Coordenação Nacional das Comunidades Quilombolas (Conaq). "É o reconhecimento pleno daqueles povos sobre aquele território. É reconhecer direitos fundamentais e a importância daquele povo na construção deste País." A questão é regida pelo artigo 68 da Constituição, que estabelece o direito à propriedade e pelo decreto 4887/2003.

Há 2.408 comunidades quilombolas reconhecidas oficialmente pela Fundação Cultural Palmares. Nos cálculos da Coordenação Nacional das Comunidades Quilombolas (Conaq), o número sobe para cerca de cinco mil.

Denilson conta que o processo para obtenção de título é longo e doloroso, por incluir uma fase de autoaceitação de cada comunidade e do enfrentamento de questões territoriais. "Há interesses sobrepostos nesses territórios, ora por parte do Estado, com grandes obras e construções de barragens, gasodutos, hidrelétrica, ora por parte de empresas que querem retirar as riquezas dos subsolos, ou por parte da criação de unidades de conservação. Há também casos de fazendeiros e grileiros que continuam dentro do território e com confronto direto com os moradores. Inclusive com casos de morte."

Celeridade



Para tentar acelerar os processos de titulação, o Incra realiza uma vez por mês, desde agosto deste ano, um encontro para acompanhar, identificar problemas e encaminhar soluções sobre a regularização de territórios quilombolas. A tentativa é acelerar os processos em áreas em que não há conflito. Participam representantes do Incra, do Ministério Público Federal (MPF) e do Conselho Nacional de Segurança Alimentar (Consea) e de lideranças quilombolas.

O MPF vai intensificar a atuação neste sentido em todo o País para acelerar a obtenção dos títulos. "Sabemos que há vários processos administrativos parados, sem decisão", afirma Deborah Duprat, coordenadora do órgão responsável por questões indígenas e comunidades tradicionais no MPF. "Nossa intenção neste movimento nacional é fazer com que avancem à etapa subsequente. Faremos isto por meio de recomendações e, se não surtirem efeito, por meio de ações judiciais."

Passo a passo

Antes do processo de titulação de terra, as comunidades devem passar pela certificação da Fundação Palmares, baseada na autodeclaração de cada uma delas. Das 2.408 já certificadas, 380 foram reconhecidas oficialmente em 2013, com a emissão de 259 certidões.

Feita a certificação, pode ser aberto o processo no Incra para o reconhecimento do território quilombola. Depois é realizado um Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID). Esta fase engloba uma série de levantamentos fundiários, socioantropológicos e agroambientais, além de cadastros de famílias, entre outras atividades.

Terminada esta fase, o processo fica aberto para possíveis contestações. Em seguida é emitida portaria de reconhecimento do Incra. A próxima etapa é, se necessário, um decreto presidencial que desaproprie o território. De acordo com o Incra, todos os imóveis e as benfeitorias devem ser avaliados e pagos, mediante ação judicial. A última etapa é a emissão do título. Há casos em que o título não é emitido, mas o grupo tem a posse da terra de parte do território repassada pelo Incra. Em 2013, cerca de 30 comunidades foram beneficiadas desta forma.

"Convocado, Cardozo debate questão indígena no Senado nesta quinta-feira", 8:30h
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 21.11.2013



Horizonte MS - A Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) vai ouvir o ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, e o Advogado-Geral da União, Luís Adams, nesta quinta-feira (21), às 8h30. Cardozo foi convocado, por iniciativa do senador Ruben Figueiró (PSDB-MS), a falar sobre a demarcação de terras, após cancelar por três vezes o convite dos senadores da comissão para debater o assunto. A pedido da senadora Ana Amélia (PP-RS), o Advogado-Geral da União, Luís Inácio Adams foi convidado.

Também é prevista a presença do governador de Mato Grosso do Sul, André Puccinelli. Ele vem

acompanhado de representantes de produtores rurais e de prefeitos dos municípios afetados pelas invasões de terras por indígenas. O Estado já computa 80 invasões e os produtores rurais estabeleceram o prazo limite de 30 de novembro para receberem uma resposta satisfatória do governo federal a respeito das indenizações, em caso da decisão pela desapropriação das terras.

Na semana passada, em visita ao Mato Grosso do Sul, o ex-presidente Lula se comprometeu a levar o assunto à presidente Dilma Rousseff, que, na visão dele, deveria assumir ela própria o comando das articulações.

O senador Figueiró alerta para o acirramento do clima de tensão entre índios e produtores. "A consequência pode ser o derramamento de sangue, caso não haja uma resposta urgente do governo federal", alerta.

MA – Expulsão de madeireiros da TI Awá pode levar a conflito armado. Técnicos da Funai também são ameaçados de morte
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 21.11.2013



Criança Awá. Foto: Survival

Operação de retirada de invasores das terras Awá, uma das etnias mais ameaçadas do mundo, deve acontecer em dezembro. No interior do Maranhão, funcionários da Funai recebem constantes ameaças de morte.

Uma guerra está anunciada no interior do Maranhão. Índios da etnia Awá-Guajá, apontados como os mais ameaçados do mundo pela ONG Survival International, estão dispostos a morrer em defesa de seu território, invadido por madeireiros.

A Fundação Nacional do Índio, Funai, reconhece a situação. Cerca de 700 pessoas habitam ilegalmente as terras dos indígenas, declarada dos Awá em 1992 e homologada em 2005. A equipe da fundação no local informou que autoridades policiais e do Exército já estiveram no região para determinar a estratégia da desintrusão – a retirada de não índios. A operação, que deve acontecer em dezembro, pode se transformar em um conflito armado.

CONT.



"Os índios Awá-Guajá precisam de ajuda. Os madeireiros vêm e destroem isso tudo e os índios não têm mais como viver. Eles não têm resistência orgânica, eles não têm força de reação, eles só têm uma flechazinha que eles fazem há mil anos. Eles precisam de nós", afirma José Pedro dos Santos, da Frente de Proteção Etnoambiental Awá-Guajá da Funai, em entrevista à DW Brasil.

Zé Pedro, como é conhecido, trabalha há 40 anos com esses índios na base instalada a 20 quilômetros da sede do município maranhense de São João do Caru, distante 400 quilômetros da capital São Luiz. Ele convive com ameaças constantes de morte e, junto com o batalhão da polícia ambiental no local, tem armas pesadas para se defender.

A situação dos Awá ganhou destaque internacional e vai ocupar treze páginas da tradicional revista Vanity Fair, que chega às bancas em dezembro, com imagens do fotógrafo brasileiro Sebastião Salgado.

Guerra anunciada

"Os madeireiros ameaçam por telefone, mandam recado, mas não vêm aqui. Usam ameaças veladas, divulgam na rádio que isso aqui não tem razão de ser e que as forças federais não vão intimidá-los. Eles vão enfrentar", garante José Pedro. A percepção de quem convive diariamente com os Awá é a de que o problema é grave. "Os caras vão matar a gente aqui. E matando a gente, eles matam os Awá-Guajá, não tenho dúvida", alerta o funcionário da Funai.

A sede da Funai, em Brasília, não confirma datas para a desintrusão da área indígena, mas assegura que a invasão trás "graves prejuízos para a sobrevivência dos Awá". A missionária Madalena Borges Pinheiro, do Conselho Indigenista Missionário do Maranhão, também está na expectativa de que as ações de desintrusão ocorram até o final do ano. Segundo ela, a questão territorial é o problema mais sério enfrentado por esse grupo, que ainda mantém hábitos nômades.

Embora estejam fixados em quatro aldeias – Tiracambu, com 59 índios; Awá, onde vivem 174; Juriti, com 60, e Cocal, com 106 –, os índios dependem da caça, pesca e da coleta de frutas para viver. Além dos 399 índios acompanhados pela Funai, existem registros de outros Awá ainda não contatados na mesma região. "Eles não falam português. Eles não são lavradores. É uma nação que ainda não evoluiu [sic] dentro do contexto urbano", explica o técnico da Funai.

Índios encurralados

Sarah Shenker, ativista da Survival International, que há 40 anos acompanha a situação dos indígenas no Brasil, com atenção especial aos Awá, explica que a questão territorial é fundamental para esse grupo indígena. "A terra Awá está sendo devastada muito rapidamente", denuncia. A entidade estima que um terço de toda a área já tenha sido queimada ou desmatada. Ela própria esteve no local e constatou que o espaço é cada vez menor para que os índios sobrevivam da caça.

Os problemas de sobrevivência da etnia começaram logo depois do primeiro contato com não
CONT.



índios. A construção da Estrada de Ferro Carajás, na década de 1980, abriu caminho para a chegada de madeireiros e outros invasores. No entanto, o direito dos índios a essas terras – entre os municípios de Centro Novo do Maranhão, Governador Newton Bello, São João do Caru e Zé Doca – é reconhecido pelo governo brasileiro desde 1961.

Números decrescentes

Antes do contato, os Awá já foram mais de mil. Uma mescla de fatores contribuiu para o encolhimento da população, explica Sarah Shenker. “Quando a ferrovia atravessou a terra dos Awá, muitos não indígenas massacraram famílias inteiras. Outros morreram de doenças que não existiam quando viviam isolados”, afirma.

Além disso, a exploração da floresta tem encurralado os Awá. “A região toda respira madeira. E madeira ilegal”, assegura José Pedro dos Santos, da Funai. Segundo ele, entidades ambientais e o próprio Exército têm ajudado a fechar algumas serrarias, mas a área é muito grande para um controle pequeno. “É uma dimensão continental de ações e as estradas são muito precárias, onde só os madeireiros andam, por causa dos caminhões”, contextualiza. “Mas nós estamos enfrentando, mesmo correndo risco de vida. O idealismo de fazer é muito maior do que o medo de ser agredido”, diz em tom de apelo.

Conforme a missionária Madalena Pinheiro, o argumento dos madeireiros e de ruralistas é de que a extensão de terra seria muito grande para poucos indivíduos. Ela explica que essa afirmação não leva em conta o modo de vida dos Awá e que existe muita pressão pela permanência de não índios nas terras já demarcadas. “É preciso tirar quem se apossou de má fé”, enfatiza. No entanto, Madalena reconhece que os 399 índios contados pela Funai não têm força política e de mobilização o suficiente para fazerem valer seus direitos.

Nômades e coletores

Os Awá não são guerreiros. “É um povo amoroso e acolhedor”, define a missionária que até ganhou um nome indígena, Matakina. Segundo ela, apenas os mais jovens falam português, e apenas os homens. “É uma questão social. As mulheres são encarregadas de preservar as tradições”, explica. Ela aprendeu awá – uma língua da família do tupi-guarani – para trabalhar junto as comunidades, onde passa vários períodos por ano.

Em seu dia a dia, os índios vivem em grupos familiares e saem por vários dias para pescar e caçar. Quando abatem um animal de maior parte, fazem a refeição em comunidade. Comem a carne assada – moquiada, como se diz na aldeia – ou cozida inteira. “Os mais velhos distribuem entre os mais novos”, comenta. Apenas o cozido leva sal, ingrediente que os Awá conheceram depois dos primeiros contatos, na década de 1970.

Ação internacional

Madalena conta que os Awá sofrem com a questão territorial, mas não entendem exatamente o trabalho que entidades internacionais fazem em nome da etnia. Ela própria elogia a atuação da Survival International e diz que sem pressão internacional a solução para o problema é mais

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 211 / 2013

Brasília, 21 de novembro de 2013.

complicada. Conforme Sarah Shenker, este é exatamente o papel da Survival e que a ONG está pressionando o governo brasileiro por soluções.

O ensaio fotográfico feito por Sebastião Salgado que será publicado pela Vanity Fair é uma parceria com a Survival para que a situação dos Awá seja conhecida mundo afora. A entidade explica que apoiou a logística da reportagem, mas que o financiamento do trabalho foi discutido entre a revista e o fotógrafo. O trabalho anterior de Salgado, *Gênesis*, foi financiado pela mineradora Vale, uma das empresas responsáveis pela Estrada de Ferro Carajás e foi criticado por ambientalistas do mundo inteiro.

Para José Pedro dos Santos, da Funai, no entanto, esta é uma chance de socorro. Ele acompanhou a visita de Salgado à aldeia Juriti e as conversas com os indígenas, antes das fotos. Segundo ele, os próprios índios teriam pedido ao fotógrafo que mostrasse ao mundo a situação deles e um dos índios teria dito: "Nós precisamos de ajuda ou vamos todos morrer lutando."

Fonte: Deutsche Welle/Notícias Terra



Brasília sedia Oficina Nacional de Promoção de Direitos de Povos Isolados e Recente Contato

SÍTIO CEDEFES, 21.11.2013

Teve início nesta segunda-feira (18), na Sede da Fundação Nacional do Índio, em Brasília, a Oficina Nacional sobre Metodologias de Atenção à Saúde, Proteção e Promoção de Direitos dos Povos Indígenas Isolados e de Recente Contato no Brasil. Realizada pela Funai com o apoio da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica, da Secretaria Nacional de Articulação Social da Presidência da República, do Ministério das Relações Exteriores e da Secretaria de Saúde Indígena, o evento representa um momento inédito de diálogo entre os diversos órgãos do Estado que possuem em suas atribuições alguma interface com o assunto.

Neste primeiro dia, foi discutido o atual panorama das questões de atenção à saúde, proteção e promoção de direitos dos povos indígenas isolados e recém-contatados no Brasil. Na ocasião, o coordenador-geral de Povos Indígenas Isolados e Recém-Contatados, Carlos Travassos, lembrou a atuação das Frentes de Proteção Etnoambiental, contextualizando o trabalho da Funai nessas áreas, para ele "Não basta ter leis e marcos legais que tratem do assunto. Para a política indigenista ter eficácia é necessário haver uma atuação em campo contínua. É um trabalho que tem que ser fortalecido para garantir a proteção desses povos". Carlos Travassos chamou a atenção para a necessidade de que todos os órgãos do governo realizem o papel de cada um no âmbito de competência para garantir a saúde e os direitos dos indígenas isolados e de recente contato.

Para o secretário especial da Saúde Indígena, Antônio Alves, a Oficina representa um marco na questão da saúde desses povos, "Aqui teremos a oportunidade de discutir propostas para levar saúde e proteger esses povos, pois é, dever do Governo fazer esse trabalho. E não podemos esquecer que uma determinante fundamental para a saúde indígena é a questão da terra." O secretário destacou que os resultados obtidos na Oficina deverão ser encaminhados ao Congresso Nacional, para que essa pauta entre na agenda do Legislativo.

A diretora do Departamento de Atenção à Saúde Indígena da Sesai, Mariana Maleronka Ferron, falou sobre a atenção à saúde no âmbito do Subsistema de Atenção à Saúde Indígena, segundo a diretora, "O princípio norteador da política de atenção à saúde indígena está totalmente ligado à proteção territorial e ambiental. Precisamos trabalhar com a prevenção, considerando o entorno das áreas habitadas por esses povos, agindo apenas quando for de fato indispensável, de modo a garantir a intervenção mínima".

O objetivo da Oficina é promover o intercâmbio e a sistematização de experiências na proteção territorial, promoção de direitos e execução de estratégias de atenção diferenciada à saúde dos povos indígenas isolados e de recente contato. O evento também busca identificar possibilidades de trabalho conjunto entre a Funai, a Sesai e outros órgãos do Governo Federal para a proteção e promoção de direitos dos povos isolados e de recente contato e na atenção à saúde desses grupos.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 211 / 2013

Brasília, 21 de novembro de 2013.

As discussões continuam durante a semana e irão tratar de assuntos como legislação sobre atenção à saúde, proteção e promoção de direitos dos povos indígenas isolados e de recente contato, perfil epidemiológico e organização da atenção à saúde dos grupos de recente contato e possibilidades de geoprocessamento conjunto em territórios da saúde indígena.

Fonte: www.funai.gov.br



Comunidade de MS é a primeira a receber selo 'Quilombos do Brasil'

SÍTIO REPORTER MS, 21.11.2013

A comunidade rural quilombola Chácara Buriti, localizada a 25 quilômetros de Campo Grande, em Mato Grosso do Sul, foi a primeira do país a receber do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) o selo "Quilombos do Brasil". A certificação, que foi autorizada por publicação no Diário Oficial da União do dia 13 de novembro, vai atestar a origem e a identidade cultural dos produtos cultivados e processados na comunidade, agregando valor as mercadorias.

Atualmente, 27 famílias compõem a comunidade. Elas produzem principalmente hortaliças, como, por exemplo, alface, salsinha, cebolinha, coentro, rúcula, repolho e almeirão, além de pimentão, tomate, berinjela, milho, mandioca e quiabo. São pelo menos oito grandes hortas que somam quase 16 hectares. A área total da comunidade é de 43 hectares.

"As pessoas consomem e às vezes uma ou outra sabe de onde vem este produto. Com o selo todas vão saber que saiu daqui de dentro da Chácara Buriti. Ajuda no desenvolvimento da comunidade e dos produtores", comemora a presidente da comunidade, Lucinéia de Jesus Domingos Gabilão.

Segundo ela, atualmente a produção da Chácara Buriti é comercializada por meio do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), do MDA em mercados de Campo Grande e em fazendas da região. Há três anos, o alimento também chega à mesa de entidades filantrópicas, entre outras instituições mantidas pela prefeitura municipal, por meio do banco de alimentos do município.

Para o coordenador de Políticas para Povos e Comunidades Tradicionais do MDA, Edmilton Cerqueira, o selo reforça o processo de organização produtiva das comunidades quilombolas. "Com o selo a comunidade identifica seus produtos e reforça sua participação nos mercados institucionais e privados. Também é importante destacar que isso reforça a organização produtiva e a segurança e soberania alimentar", destaca.

Cerqueira diz ainda que o selo "Quilombos do Brasil" está associado ao selo de "Identificação da Participação da Agricultura Familiar" (Sinpaf). "Estamos reforçando as ações para emissão de Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) para comunidades quilombolas. Inclusive o Incra, a partir deste mês, está autorizado a emitir o documento nos estados também", concluiu.

Quilombos do Brasil

O selo Quilombos do Brasil fortalece a identificação, valorização e reconhecimento dos produtos quilombolas visando a inclusão produtiva sustentável das comunidades quilombolas no mercado nacional.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 211 / 2013

Brasília, 21 de novembro de 2013.

Para requisitar o selo “Quilombos do Brasil”, as comunidades interessadas devem entrar em contato com o MDA e encaminhar a documentação exigida para emissão do selo de “Identificação da Participação da Agricultura Familiar” e o comprovante de certificação da comunidade como quilombola – documento emitido pela Fundação Palmares.

G1/MS



Justiça Federal garante energia elétrica em comunidade quilombola

SÍTIO DPU, 21.11.2013

São Luís, 21/11/2013 – A Justiça Federal determinou a execução do programa Luz para Todos na comunidade quilombola de Barro Vermelho, no município maranhense de Chapadinha. Proferida na primeira semana de novembro, a decisão é resultante de ação civil pública movida pela Defensoria Pública da União (DPU) em São Luís. A União, a Eletrobrás e a Companhia Energética do Maranhão (Cemar) têm 60 dias para adotar todas as medidas necessárias ao cumprimento da liminar.

O Comitê Gestor Estadual do Luz para Todos, que promove a distribuição de energia no meio rural, estava condicionando a atuação na comunidade à regularização da terra e à concordância com outro suposto proprietário. O território quilombola ainda é objeto de disputa.

De acordo com o defensor que atuou no caso, Yuri Costa, titular do Ofício de Direitos Humanos e Tutela Coletiva da DPU no Maranhão, essa exigência não é prevista em lei. Ele relata que “desde outubro de 2012 a DPU foi provocada pela Sociedade Maranhense de Direitos Humanos, pelo Setor de Regularização Fundiária Quilombola do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) no Maranhão e pela Secretaria Estadual de Igualdade Racial, todos relatando casos nos quais a implantação do programa Luz para Todos em comunidades tradicionais não estava sendo executada, mesmo com previsão legal de que tais áreas devam ser prioridade do Programa”.

O defensor impetrou ação na Justiça em defesa dos quilombolas depois de uma tentativa frustrada de conciliação. A 3ª Vara Federal concedeu o pedido de antecipação de tutela para a eletrificação da comunidade, com base na essencialidade dos serviços de energia elétrica para a sobrevivência dos quilombolas em condições dignas.

Na decisão, a juíza que concedeu a liminar argumentou que “a discussão sobre a titularidade das terras não pode ser óbice à implantação das políticas públicas essenciais à sobrevivência da comunidade”.

Assessoria de Imprensa
Defensoria Pública da União



Governo promove fortalecimento de comunidades negras rurais do TO

SÍTIO O PROGRESSO, 21.11.2013

(PALMAS-TO) - Nesta quarta-feira, 20, data em que é lembrada a morte do Zumbi dos Palmares, o Brasil comemorou o Dia da Consciência Negra. No Tocantins, existem 27 comunidades quilombolas formadas por pessoas que, assim como Zumbi, fugiram dos grilhões, do chicote e dos trabalhos forçados e se esconderam em locais isolados pelo interior do Brasil. Muitas comunidades que carecem de estrutura básica, mas que vem recebendo auxílio do governo do Estado para se desenvolverem e garantirem mais qualidade de vida.

Em parceria com a Defensoria Pública, o Estado já realizou o mapeamento das comunidades negras rurais do Tocantins para reconhecimento oficial como quilombolas, por parte do governo federal. Ao todo, 27 já receberam o documento que comprova a descendência de escravos.

De acordo com o assessor de Afrodescendência da Secretaria de Estado da Defesa Social (Seds), André Luiz Gomes da Silva, o Tocantins ainda luta pelo reconhecimento de outras comunidades negras como forma de garantir o acesso delas a políticas públicas do governo federal para a saúde, educação e cidadania. "Nós identificamos 37 comunidades negras rurais. Visitamos 12 e, destas, em quatro estamos elaborando relatórios históricos para mandarmos para a Fundação Cultural Palmares", disse. Em análise na fundação, está o caso de uma comunidade em Paranã, no sudeste do Estado, que deve ser reconhecida.

Além de apontar as comunidades que podem ser reconhecidas como quilombolas, os técnicos da Seds, acompanhados de equipe da Defensoria Pública Estadual percorreram essas regiões para realizar cadastro socioeconômico das populações negras que vivem na zona rural dos municípios. "O Estado hoje conhece a realidade de todas essas comunidades. Além disso, nós orientamos as comunidades sobre como ter acesso às políticas do Programa Brasil Quilombola (PBQ)", disse. O PBQ reúne ações do governo federal voltadas para as comunidades de remanescentes de quilombos, como regularização fundiária, Luz para Todos, Bolsa Família.

No âmbito estadual, o governo ajuda as comunidades a se sustentarem. O projeto Segurança Alimentar e Nutricional para Comunidades Quilombolas, desenvolvido pela Secretaria de Estado do Trabalho e Assistência Social (Setas), tem como objetivo garantir qualidade de vida aos remanescentes de quilombos através de orientações de manejo em projetos de apicultura, policultura e horta comunitária. Assim, eles conseguem manter nas comunidades atividades produtivas agroecológicas de mandioca, feijão, abóbora e hortaliças.

Combate à sede

Todas as ações de segurança alimentar, no entanto, acabam impossibilitadas pelo longo período de seca pelo qual o Tocantins passa. Localidade de grande concentração das

CONT.



comunidades quilombolas do Estado, o sudeste tocantinense é o que mais sofre com a falta d'água durante a seca. Para combater as mazelas causadas pela ausência de chuvas, o governo do Estado implantou uma ação emergencial denominada Mais Água Sudeste, que leva água potável em caminhões-pipa para as comunidades rurais do Tocantins, incluindo os remanescentes de quilombos.

Moradora da comunidade quilombola do Baião, em Almas, a 276 quilômetros de Palmas, dona Benvinda Fernandes Cardoso destacou que a chegada da água para a comunidade é a garantia de um direito básico da população. "Essa água que a gente recebe aqui é muito importante. A gente usa para tudo, para consumo, para lavar roupa, para cozinhar", destacou.

Cultura

Muito mais do que garantir reconhecimento e segurança alimentar, o dia 20 de novembro é lembrado como data de luta de um povo. A manutenção das raízes culturais é de extrema importância para garantir a cidadania dos negros no Brasil. União de luta, música, dança e crença, a capoeira vem ao longo dos séculos se tornando uma ferramenta de resistência cultural.

Em Arraias, no sudeste do Estado, a Associação Cultural Chapada dos Negros promove no mês de novembro uma série de atividades voltadas para o fortalecimento da cultura negra no município. De acordo com o presidente da Associação, José Reginaldo Ferreira de Moura, o Mestre Fumaça, desde o início deste mês as escolas recebem ações do grupo voltadas para a conscientização da cultura negra. "Desde o dia primeiro (de novembro) estamos fazendo um trabalho junto às escolas, resgatando um pouco da história e da cultura dos nossos antepassados", explicou.



Questão indígena: não dá mais para esperar, diz presidente da FPA

SÍTIO NOTÍCIAS AGRÍCOLAS, 21.11.2013

“Já cansado de aguardar ações do governo para conter as demarcações de terras indígenas, resolvi apresentar na reunião ordinária da Comissão de Agricultura desta quarta-feira (20/11), um requerimento para convocar, mais uma vez, a ministra-chefe da Casa Civil da Presidência da República, Gleisi Hoffmann”, declarou o presidente da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA), deputado Luis Carlos Heinze (PP-RS). Ele lembrou que a ministra Gleisi esteve na comissão em abril passado, mas até agora nenhuma das propostas sugeridas na época foi atendida.

Heinze disse que “no decorrer da reunião e com a promessa de que a ministra vai nos receber até a próxima terça-feira resolvi retirar de pauta a minha proposta”. O presidente da FPA ressaltou que, caso a audiência não se confirme, o seu requerimento será o primeiro item a constar entre as proposições a serem analisadas pela Comissão de Agricultura na reunião da próxima semana, compromisso esse assumido pelo próprio presidente da comissão, deputado Fernando Giacobbo (PR-PR).

O deputado fez um alerta: “Não dá mais para esperar, queremos soluções para este ano. Nossas propostas já foram apresentadas - volta da portaria 303 da Advocacia Geral da União (AGU), inclusão dos ministérios da Agricultura e do Desenvolvimento Agrário e da Embrapa na análise dos estudos do Ministério da Justiça, ou seja, da Funai, a regulamentação do artigo 231 da Constituição Federal e a instalação da comissão especial para analisar a PEC 215, que o governo insiste em boicotar.

Fonte: Frente Parl. da Agropecuária